

CADERNOS DO FÓRUM
SÃO PAULO
SÉCULO XXI

CADERNO **1**

CIDADÃO DO SÉCULO XXI



Presidente
Deputado Vanderlei Macris
Vice-Presidente
Deputado Sidney Beraldo
Relator Geral
Deputado Arnaldo Jardim

GRUPO TEMÁTICO	DEPUTADOS
Cidadão do Século XXI	Alberto Calvo • Luiz Carlos Gondim
Cidadania	Claury Alves da Silva • Dimas Ramalho
Educação	César Callegari • Edson Aparecido
Saúde	Pedro Tobias • Roberto Gouveia
Habitação e Desenvolvimento Urbano	Caldini Crespo • Paulo Teixeira
Cultura, Esportes e Lazer	Hamilton Pereira • Paschoal Thomeu
Segurança	Carlos Sampaio • Zuza Abdul Massih
Terceiro Setor	Geraldo Vinholi • Newton Brandão
Trabalho e Emprego	Jamil Murad • Vanderlei Siraque
Agricultura e Agronegócios	Aldo Demarchi • Duarte Nogueira
Indústria	José Rezende • Jorge Caruso
Turismo e Serviços	Nabi Abi Chedid • Paulo Julião
Ciência, Tecnologia e Comunicações	Carlos Zarattini • Edmur Mesquita
Transportes e Energia	Edir Sales • Sidney Beraldo
Recursos Naturais e Meio Ambiente	Jilmar Tatto • Rodolfo Costa e Silva
Reforma do Estado	Maria Lúcia Prandi • Pedro Mori



Mário Covas
Governador do Estado
Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho
Vice-Governador
André Franco Montoro Filho
Secretário de Economia e Planejamento

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Pedro Paulo Martoni Branco

Diretor Executivo

Amara Angrisano

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro

Felicia Reicher Madeira

Diretor Adjunto de Análise Socioeconômica

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor Adjunto de Produção de Dados

Conselho de Curadores

Adroaldo Moura da Silva (Presidente)

Ana Maria Alonso Ferreira Bianchi

Antonio Márcio Fernandes Costa

Carlos Antonio Luque

Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves

Hélio Nogueira da Cruz

Liana Maria Lafayette Aureliano da Silva

Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira

Maria Fátima Pacheco Jordão

Michael Zeitlin

Conselho Fiscal

Caioce Ishiquirama

Daniela Micioni

Sandra Lucia Fernandes Marinho

O PERFIL DEMOGRÁFICO PAULISTA

Evolução da População Paulista

Dados demográficos recentes revelam profunda transformação na dinâmica e nas características da população residente no Estado de São Paulo. Os resultados do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem de População de 1996 confirmaram a rápida desaceleração do ritmo de crescimento e revelaram nova estrutura etária, que evolui segundo processo inexorável de envelhecimento.

Se por um lado a forte redução no ritmo de crescimento afasta os antigos fantasmas da explosão demográfica, por outro as mutações do perfil etário reforçam a necessidade de reflexão abrangente sobre as conseqüências sociais para o cidadão paulista no século XXI.

Em 1900, a população residente no Estado de São Paulo era de 2.226 mil habitantes. Para o final do século, as estimativas populacionais indicam um contingente de 36.103 mil habitantes. A tendência revela que a população cresceu a uma taxa média anual de 2,83% nestes cem anos.

O ritmo de crescimento, entretanto, não foi uniforme. Taxas elevadas foram observadas até 1980 e, a partir daí, houve rápida tendência à desaceleração. Na década de 90, a taxa média anual de crescimento foi de 1,55%.

A desaceleração no ritmo de crescimento populacional tem, de fato, impacto expressivo no volume futuro da população residente no Estado. Tanto que, se a taxa observada no período 1970-1980 permanecesse constante até 2020, a população seria de 98 milhões habitantes. Caso o ritmo de crescimento fosse o da década de 80, a população atingiria 58 milhões de pessoas em 2020. De outro modo, se o crescimento for semelhante ao período 1991-1996, o contingente populacional alcançará a cifra de 50 milhões de residentes. A simulação evidencia as repercussões dessas alterações na população paulista futura. É provável que o contingente populacional em 2020 seja ainda menor, pois há indícios da continuidade do processo de mudança na dinâmica populacional paulista nos próximos anos.

O primeiro indício refere-se à queda dos níveis de fecundidade, que se intensificou na década de 80 e tem se mostrado efetiva nos anos recentes. É improvável a reversão da tendência nos próximos 20 anos, principalmente em função das alterações observadas no padrão etário da fecundidade: concentração nas idades mais jovens do período reprodutivo e interrupção precoce em decorrência da ampla utilização de métodos anticoncepcionais. Assim, permanece a tendência de queda da fecundidade em direção aos níveis mais baixos já alcançados em outros países.

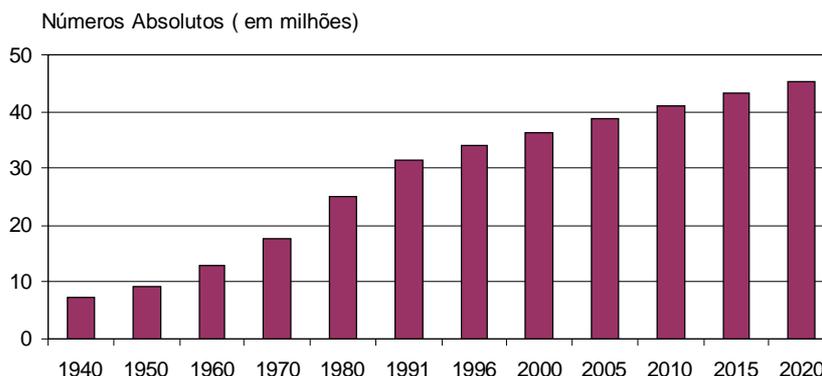
O segundo indício corresponde ao comportamento migratório, que teve sua participação reduzida no crescimento populacional do Estado. Caso persistam, nos próximos 20 anos, os efeitos visíveis da situação de crise econômica – principalmente nas regiões mais industrializadas –, mesmo que ocorra lenta recuperação do crescimento econômico, não há perspectivas concretas de reversão da tendência migratória.

O terceiro indício é a expectativa de que continue a diminuição, ainda que lenta, dos níveis de mortalidade. Espera-se, assim, a melhoria da esperança de vida, com padrões diferenciados por idade e sexo.

Considerando-se as tendências passada e atual das variáveis fecundidade, mortalidade e migração na dinâmica populacional, construíram-se cenários futuros para elas e projetou-se a população do Estado de São Paulo até o ano 2020, segundo a metodologia dos componentes demográficos.

A resultante dessa interação sugere desaceleração ainda mais acentuada das taxas de crescimento paulista no futuro, com alterações significativas na estrutura etária da população. O contingente populacional projetado para 2020 deverá atingir 45.199 mil pessoas, ou seja, um volume populacional bem inferior às simulações e expectativas nas décadas de 70 e 80 (Gráfico 1).

Gráfico 1
Evolução da População
Estado de São Paulo
1940/2020



Fonte: Fundação Seade. Sistema de Projeções Populacionais. Fundação IBGE. Censos Demográficos.

A Estrutura Etária da População

As pirâmides etárias da população, que apresentam a distribuição proporcional de cada faixa etária quinquenal e por sexo, permitem avaliar em detalhes as mudanças ocorridas no perfil populacional entre 1980 e 1998.

Em 1980, 13% da população paulista tinham entre 0 e 4 anos de idade. Em 1998, o percentual somava cerca de 9%. A diminuição da base da pirâmide populacional é consequência direta da forte queda da fecundidade registrada no período. Comparando-se as estruturas etárias de 1980 e 1998, observa-se claramente o envelhecimento da população, processo que se intensificou nos últimos anos.

Importante consequência da tendência revelada pelas projeções do perfil etário para os próximos 20 anos, realizadas pela Fundação Seade, é a total modificação do perfil populacional paulista no futuro, como se observa no Gráfico 2. Alterando a atual configuração ainda piramidal, a população paulista deverá ser marcadamente adulta.

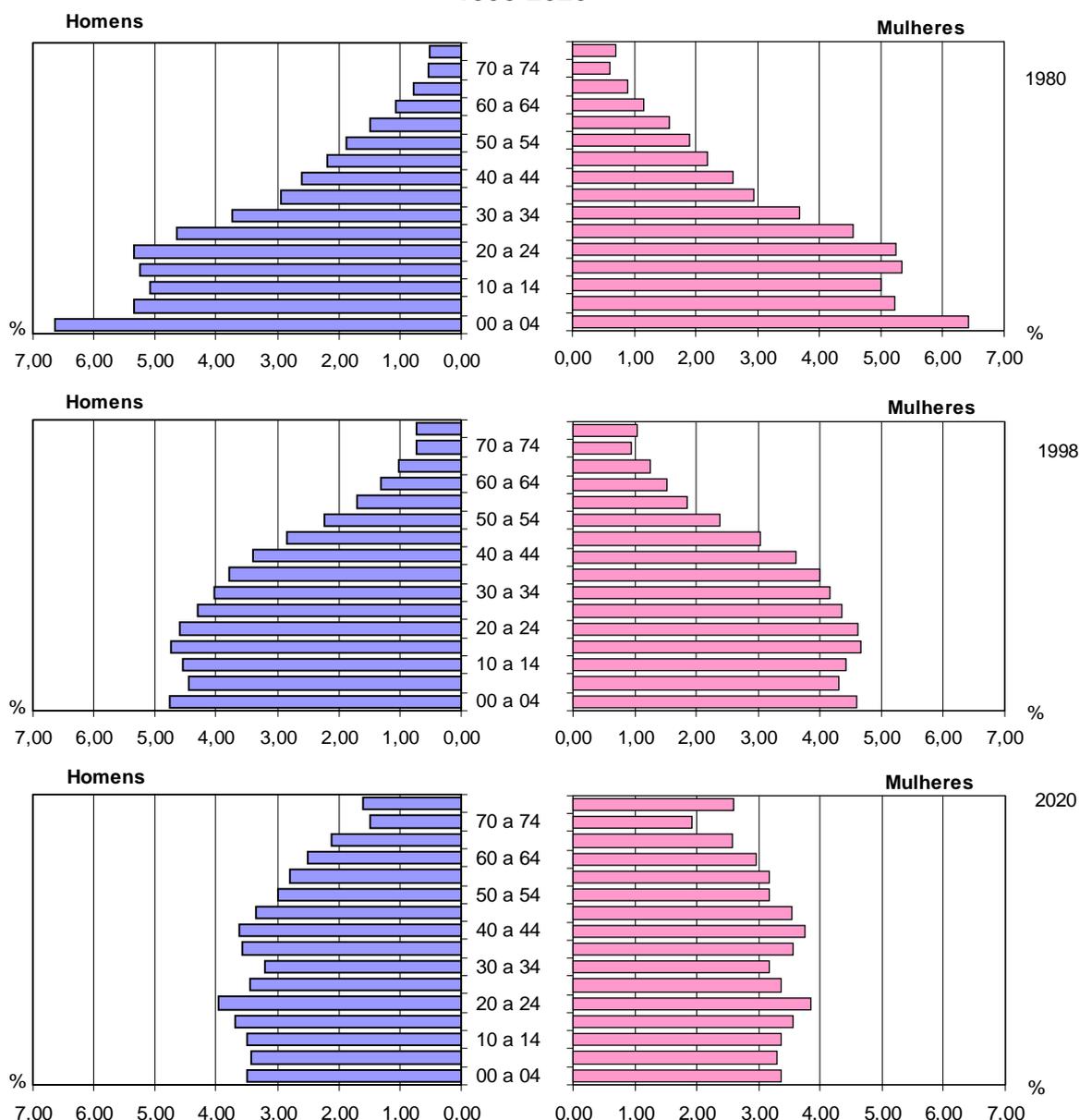
No ano 2020, a população será constituída, em cada faixa etária até 50 anos, por contingentes numericamente muito semelhantes, e por uma população com mais de 60 anos bastante expressiva.

Considerando-se os três grandes grupos de idade tradicionalmente analisados – jovens: menores de 15 anos; adultos e potencialmente ativos: entre 15 e 60 anos; e terceira idade: maiores de 60 anos –, esperam-se significativas mudanças na composição da população no futuro. Os três grupos etários deverão apresentar ritmos de crescimento bastante diferenciados.

Os idosos representam a parcela da população que mais crescerá nos próximos anos, beneficiados, em parte, pelo aumento da expectativa de vida ao nascer, principalmente para o sexo feminino. Assim, em 2020, este segmento deverá corresponder a 17,8% da população paulista.

No ano 2020, a população menor de 15 anos deverá ser inferior à atual. As taxas anuais de crescimento da população jovem poderão aumentar entre 2000 e 2010, como consequência da

Gráfico 2
Pirâmide Etária da População Residente
Estado de São Paulo
1998-2020



Fonte: Sistema de Projeções Populacionais, Fundação Seade. Censo Demográfico de 1980, Fundação IBGE.

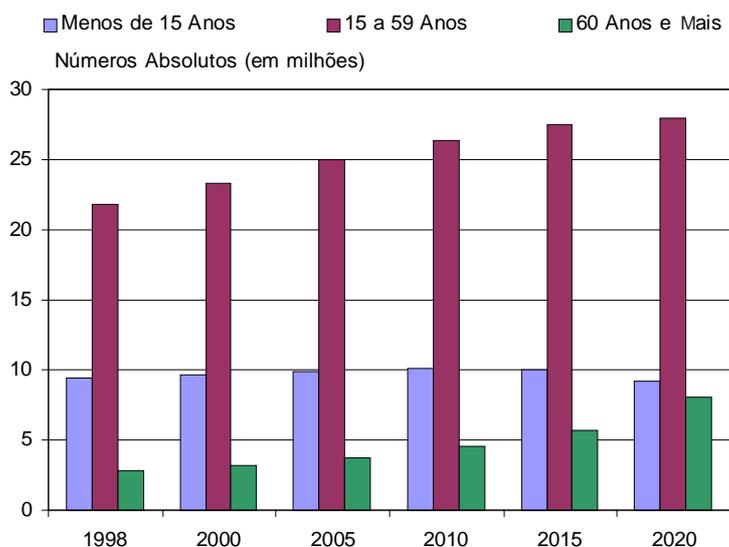
interação entre os padrões etários da fecundidade e o aumento do contingente populacional feminino em idade fértil. No decênio seguinte, 2010-2020, deverá ocorrer uma reversão e o crescimento da população jovem passará a registrar taxas negativas. A população jovem corresponderá a 20,5% da população paulista.

A população adulta deverá continuar crescendo, compondo em 2020 população em idade ativa mais volumosa que a atual, embora registrando taxas anuais de crescimento que diminuirão a cada período de projeção.

Essas tendências ficam mais explícitas no Gráfico 3. A desaceleração do ritmo de crescimento da população jovem, implicando inclusive a diminuição do contingente com menos de 15 anos, e o aumento importante da população idosa deverão resultar, no ano 2020, em volumes

populacionais numericamente muito próximos para os dois grupos etários. Em outras palavras, em 20 anos, as populações jovens e idosas deverão registrar participações relativas muito semelhantes no total da população paulista. Se no final do século XX existem três jovens para cada idoso, daqui a 20 anos a relação deverá ser praticamente de um por um.

Gráfico 3
Evolução da População dos Grandes Grupos Etários
Estado de São Paulo
1998-2020



Fonte: Sistema de Projeções Populacionais, Fundação Seade. Censos Demográficos, Fundação IBGE.

Desafios do Novo Perfil Etário

O rápido aumento da população de idosos determina mudanças importantes no perfil das demandas sociais.

O que poderá fazer o Estado de São Paulo no futuro próximo para encarar as demandas mais específicas de seus cidadãos idosos? Quais são, por exemplo, as conseqüências do envelhecimento da população sobre as pensões, serviços de saúde, lazer, etc.?

No âmbito da previdência social, essas repercussões são visíveis pelo crescimento rápido da população de aposentados que tem origem, de um lado, na proporção crescente de pessoas entrando em aposentadoria e, de outro, no maior tempo de permanência desfrutando o benefício.

A saúde pública também sofre o impacto imediato do processo de envelhecimento populacional. As transformações da estrutura por idade da população implicam modificações no perfil da morbidade, com o aumento do peso das doenças crônicas e degenerativas.

Por outro lado, o estreitamento da base da pirâmide populacional reduz as pressões sobre as demandas características do contingente mais jovem, em especial as repercussões na educação quanto ao número de vagas do Ensino Fundamental. A tendência representa, para o setor público, um momento favorável à melhoria da qualidade do ensino oferecido.

Além das tendências gerais para as mudanças esperadas no perfil etário da população paulista, ocorrem comportamentos específicos de determinadas gerações, como resultado de oscilações no número anual de nascimentos. Exemplo desse fenômeno é a descontinuidade do crescimento secular do volume de nascimentos a partir de 1983, decorrente da queda abrupta da fecundidade da mulher paulista. Desde então, o número anual de nascimentos permaneceu sempre inferior ao

volume registrado em 1982, que constitui assim a maior geração de jovens já observada no Estado de São Paulo. Essa descontinuidade está registrada na pirâmide etária da população paulista e se movimentou em sentido ascendente, como uma onda, fato que poderá interagir com as variáveis demográficas e reproduzir novas descontinuidades no futuro.

Crescimento e Distribuição da População Paulista

Evolução do Ritmo de Crescimento Populacional

Nos últimos 50 anos, São Paulo superou sistematicamente o ritmo de crescimento do país. Nas décadas de 50, 60 e 70, o Estado apresentou taxas anuais de crescimento da população maiores que 3,2%, enquanto o país já desacelerava seu ritmo de crescimento. Nos anos 50, a diferença entre os ritmos anuais de crescimento paulista e brasileiro não era muito importante: 3,4% e 3,0%, respectivamente. Ao longo dos anos, a diferença cresceu, atingindo o máximo na década de 70, quando o Brasil cresceu a 2,5% ao ano e, o Estado de São Paulo, a 3,5% ao ano (Gráfico 4).

A diferença entre as taxas reduziu-se drasticamente no decorrer dos anos 80, quando o crescimento anual do Brasil foi de 1,9% e o de São Paulo, de 2,1%. Mesmo com a acentuada redução que também apresentou no período, o ritmo de crescimento da população paulista ainda superou o do país. A mesma tendência persistiu nos anos 90, quando o Brasil cresceu a 1,4% ao ano contra 1,6% ao ano de São Paulo.

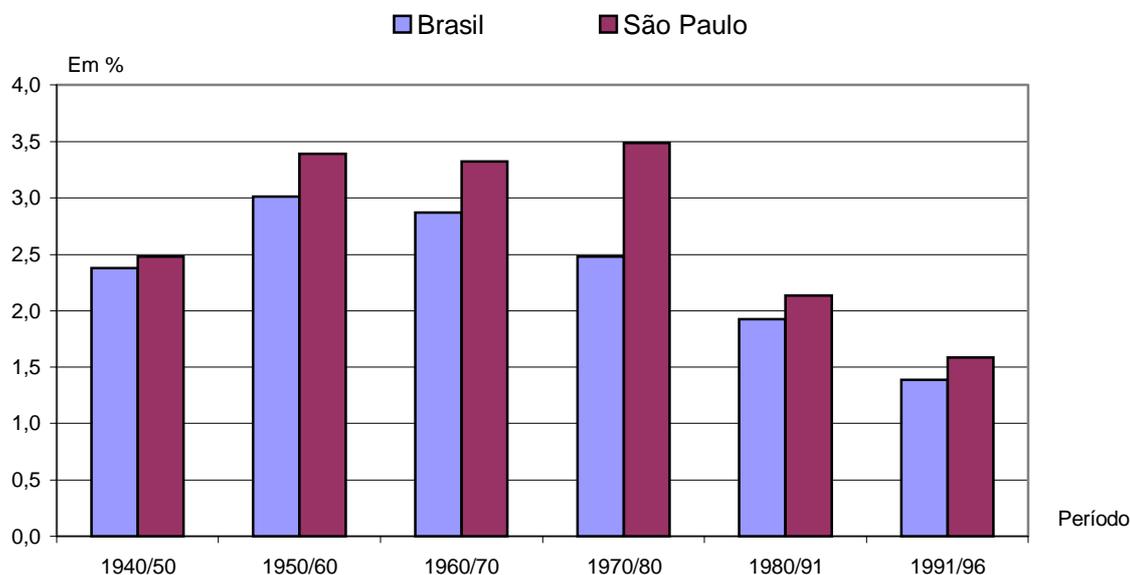
O comportamento descrito não resulta dos mesmos fatores. No Brasil, a queda nas taxas de crescimento da população é consequência do comportamento da fecundidade, que diminuiu de 4,0 filhos por mulher em 1980 para 2,3 em 1996, e do aumento na esperança de vida ao nascer de 61,8 anos em 1980 para 66,6 anos em 1996. Já a migração não produziu impacto significativo na dinâmica demográfica do país. No caso do Estado de São Paulo, o ritmo de crescimento decorre do comportamento das três variáveis demográficas responsáveis pela dinâmica populacional: fecundidade, mortalidade e migração. De fato, em São Paulo, a taxa de fecundidade caiu de 3,4 filhos por mulher em 1980 para 2,3 em 1996. A esperança de vida aumentou de 66,7 anos para 69 anos no mesmo período. O volume de migração, que superava 3 milhões de pessoas na década de 70, diminuiu acentuadamente para 586 mil pessoas entre 1980-91.

Para melhor entendimento da redução no ritmo de crescimento da população estadual, é preciso considerar também as diferenças específicas que ocorreram no seu limite geográfico, comparando-se as taxas de crescimento observadas desde a década de 80 nas diferentes Regiões Administrativas (Mapa 1).

Na década de 80, as regiões com taxas de crescimento superiores à média estadual foram Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Sorocaba e Santos. Nesse período, também se destacaram as regiões Central, de Barretos e de Franca, com taxas superiores à média estadual. Ressalte-se a acentuada desaceleração no ritmo de crescimento da metrópole paulista. Na década de 70, a Região Metropolitana de São Paulo registrou taxa de crescimento da ordem de 4,5% ao ano. Em 1980-91, a região exibiu taxa de apenas 1,9% ao ano. Nesse período, as regiões situadas a extremo oeste do Estado registravam as menores taxas de crescimento, inferiores a 2% ao ano. A menor taxa foi apresentada pela Região de Presidente Prudente, inferior a 1% ao ano no período.

Na década de 90, a tendência regional de crescimento populacional apresentou alterações

Gráfico 4
Taxas Anuais de Crescimento Populacional
Brasil e São Paulo
1940-1996



Fonte: Censos Demográficos, Fundação IBGE.

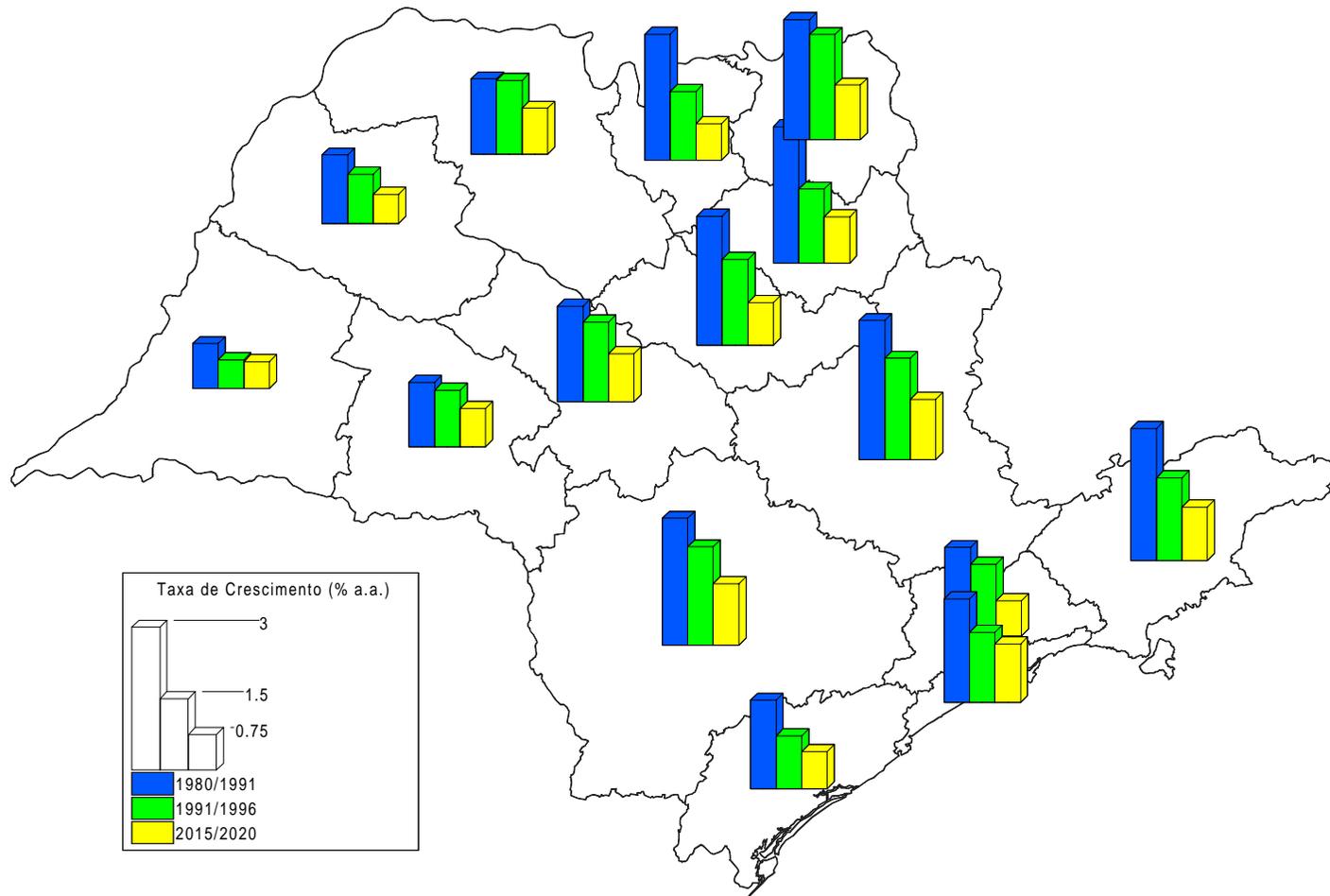
importantes. Verificou-se desaceleração no ritmo de crescimento de todas as regiões paulistas. As reduções mais pronunciadas foram registradas pelas regiões mais dinâmicas do Estado, como a Região Metropolitana de São Paulo, Campinas, Sorocaba, Ribeirão Preto, São José dos Campos e Santos. Em que pese essa tendência, as maiores taxas foram exibidas pelas regiões de Franca, Campinas e Sorocaba, superiores a 2% ao ano. Na metrópole paulista, persistiu a tendência de desaceleração no ritmo de crescimento populacional evidenciada na década de 80. Entre 1991-96, a taxa de crescimento da área diminuiu para 1,5% ao ano. As regiões a oeste do Estado também apresentaram desaceleração no ritmo de crescimento em relação à década anterior, porém em menor intensidade. De modo geral, a tendência recente de crescimento populacional apontou menor variabilidade entre as taxas de crescimento segundo as regiões do Estado.

Para o período 2015-2020, estima-se que a tendência de desaceleração no ritmo de crescimento populacional das regiões persistirá, dividindo o Estado em dois grupos segundo este indicador. Um grupo seria formado pelas regiões de Santos, São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Bauru e Franca, com taxas entre 1% e 2% ao ano. O outro grupo contemplaria a Região Metropolitana de São Paulo, e as regiões de Registro, Central, Ribeirão Preto, Barretos, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília, com taxas positivas inferiores a 1% ao ano.

É interessante destacar que, apesar das mudanças na dinâmica demográfica das regiões, em todo o período 1980-1996 a população paulista apresentou-se praticamente concentrada em seis regiões: Região Metropolitana de São Paulo, Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Santos e São José do Rio Preto.

Nesse grupo de regiões, apenas a Região Metropolitana de São Paulo diminuiu sua participação na população estadual, passando de 50,3% em 1980 para 48,6% em 1996. A população da Região de Santos não alterou seu peso relativo no total estadual e as demais regiões tiveram suas participações aumentadas.

Mapa 1
Taxas Anuais de Crescimento Populacional
Regiões de Governo
1980-1991, 1991-1996 e 2015-2020



Fonte: Fundação Seade. Sistema de Projeções Populacionais.

Ressalte-se que, mesmo com significativas alterações nas tendências de crescimento, as regiões a oeste e a da área central do Estado não elevaram sua participação relativa devido ao tamanho reduzido de suas populações.

Para o ano 2020, estima-se que essa tendência persistirá. A população paulista tenderá a se concentrar nas mesmas seis regiões que responderão por 78,8% do total estadual. Em que pese a tendência de redução da participação relativa da população da metrópole paulista no total estadual, prevê-se que em 2020 esta área responderá por 46,5% da população do Estado de São Paulo.

Tabela 1
População, segundo Regiões
Estado de São Paulo
1980-2020

Regiões Administrativas	População					
	Números Absolutos			Números Relativos		
	1980	1996	2020	1980	1996	2020
Estado de São Paulo	25.040.712	34.120.886	45.199.385	100,00	100,00	100,00
RMSP	12.588.725	16.583.234	21.015.132	50,27	48,60	46,49
RA de Registro	185.562	239.841	300.037	0,74	0,70	0,66
RA de Santos	961.249	1.309.263	1.803.794	3,84	3,84	3,99
RA de São José dos Campos	1.221.164	1.793.014	2.475.930	4,88	5,25	5,48
RA de Sorocaba	1.510.176	2.224.772	3.244.332	6,03	6,52	7,18
RA de Campinas	3.212.263	4.875.605	7.095.016	12,83	14,29	15,70
RA de Ribeirão Preto	657.970	965.483	1.286.186	2,63	2,83	2,85
RA de Bauru	662.245	894.301	1.211.913	2,64	2,62	2,68
RA de São José do Rio Preto	949.837	1.217.864	1.629.928	3,79	3,57	3,61
RA de Araçatuba	524.860	646.037	781.289	2,10	1,89	1,73
RA de Presidente Prudente	662.098	755.353	871.573	2,64	2,21	1,93
RA de Marília	680.878	835.889	1.057.431	2,72	2,45	2,34
RA Central	543.370	794.547	1.066.579	2,17	2,33	2,36
RA de Barretos	268.839	383.779	489.621	1,07	1,12	1,08
RA de Franca	411.476	601.904	870.624	1,64	1,76	1,93

Fonte: Fundação Seade/ Fundação IBGE.

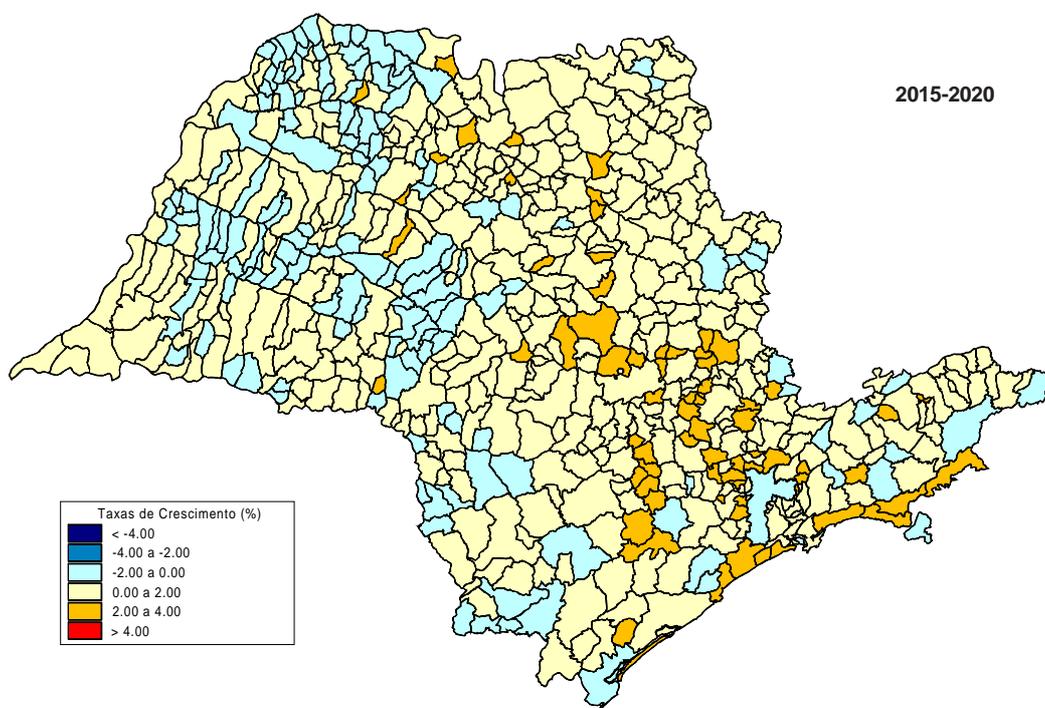
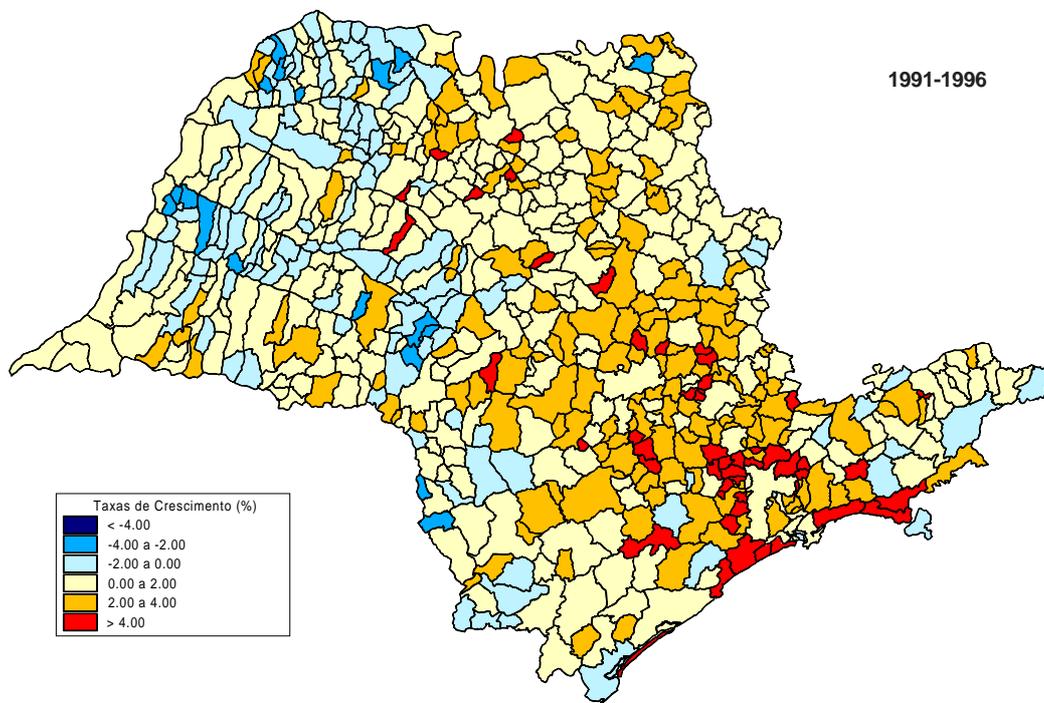
A análise das taxas de crescimento populacional nos municípios paulistas vem apontando importantes mudanças na dinâmica demográfica estadual, como aparece no Mapa 2.

Na década de 70, 39% dos municípios registravam taxas de crescimento negativas e apenas 16% contavam com taxas superiores a 4% ao ano. Entre 1980 e 1991, caiu para 20% o número de municípios com taxas negativas, o que correspondia a 117 municípios. Também diminuiu a participação do número de municípios com taxas superiores a 4% ao ano, de 16% em 1970-80 para 11,5% entre 1980-91. De modo geral, verificou-se tendência à homogeneização no ritmo de crescimento populacional em todo o Estado, onde 68% dos municípios passaram a registrar taxas entre 0% e 4% ao ano.

O período 1991-1996 mostrou uma pequena elevação no número de municípios com taxas de crescimento negativas: de 117 entre 1980-91 para 131 entre 1991-96. Por outro lado, também aumentou o número de municípios com taxas positivas: de 455 para 514, entre 1980 e 1996. O maior aumento foi registrado no grupo de municípios com taxas entre 0% e 2% ao ano, de 214

Mapa 2

Taxas Anuais de Crescimento Populacional Municípios do Estado de São Paulo 1991/1996 e 2015/2020



Fonte: Fundação Seade. Sistema de Projeções Populacionais.

para 298 entre 1980-1996. Em contrapartida, diminuiu o número de municípios com taxas de crescimento superiores a 4% ao ano, de 66 para 50 neste período.

Para o período 2015-2020 estão previstas mudanças significativas no ritmo de crescimento dessas áreas. Acredita-se que a tendência de homogeneização no crescimento populacional persistirá e se intensificará, de modo que 65% dos municípios paulistas tenderão a apresentar taxas de crescimento entre 0% e 2% ao ano. Na classe com taxas entre 2% e 4% ao ano, ficarão apenas 72 municípios. Fato importante é que nenhum município contará com taxa de crescimento superior a 4% ao ano nesse período. A classe com taxas de crescimento negativas deverá ser constituída por 151 municípios.

Tendências da Urbanização em São Paulo

No Estado de São Paulo, o intenso crescimento populacional registrado há várias décadas refletiu, especialmente, a acentuada concentração da população nas áreas urbanas. De fato, pelo menos até o final da década de 70, a participação da população urbana no total estadual seguiu tendência crescente, elevando-se de 44,1% em 1940 para 80,3% em 1970. A população urbana paulista praticamente quintuplicou-se no período 1940-70, passando de 3,2 milhões para 14,3 milhões. Nos últimos 20 anos, essa tendência persistiu e, em 1996, 32 milhões de pessoas residiam nas áreas urbanas. O Estado de São Paulo passou a contar com um grau de urbanização de 93,1%, indicando que de cada 100 paulistas 93 residiam em áreas urbanas no ano de 1996. Um índice de urbanização dessa magnitude é comparável, como se sabe, aos registrados pelos países e regiões mais industrializados e urbanizados.

Contrastando com o intenso ritmo de urbanização do Estado, a população rural veio perdendo importância relativa e, a partir dos anos 60, até absoluta, passando de 4,8 milhões em 1960 para 2,3 milhões em 1996. Se em 1960 a participação da população rural no total estadual era de 37%, em 1996 passou a ser inferior a 7% (Tabela 2). O fenômeno associa-se aos efeitos da intensa modernização da agricultura que, juntamente com o impulso do crescimento industrial, propiciou crescimento considerável da população urbana e perdas populacionais significativas das áreas rurais.

Tabela 2
População, segundo a Situação de Domicílio
Estado de São Paulo
1940-1996

Anos	População			Números Relativos	
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1940	3.168.111	4.012.205	7.180.316	44,12	55,88
1950	4.804.211	4.330.212	9.134.423	52,59	47,41
1960	8.151.632	4.827.417	12.979.049	62,81	37,19
1970	14.276.239	3.495.709	17.771.948	80,33	19,67
1980	22.118.840	2.834.398	24.953.238	88,64	11,36
1991	29.155.735	2.280.538	31.436.273	92,75	7,25
1996	31.725.881	2.348.927	34.074.808	93,11	6,89

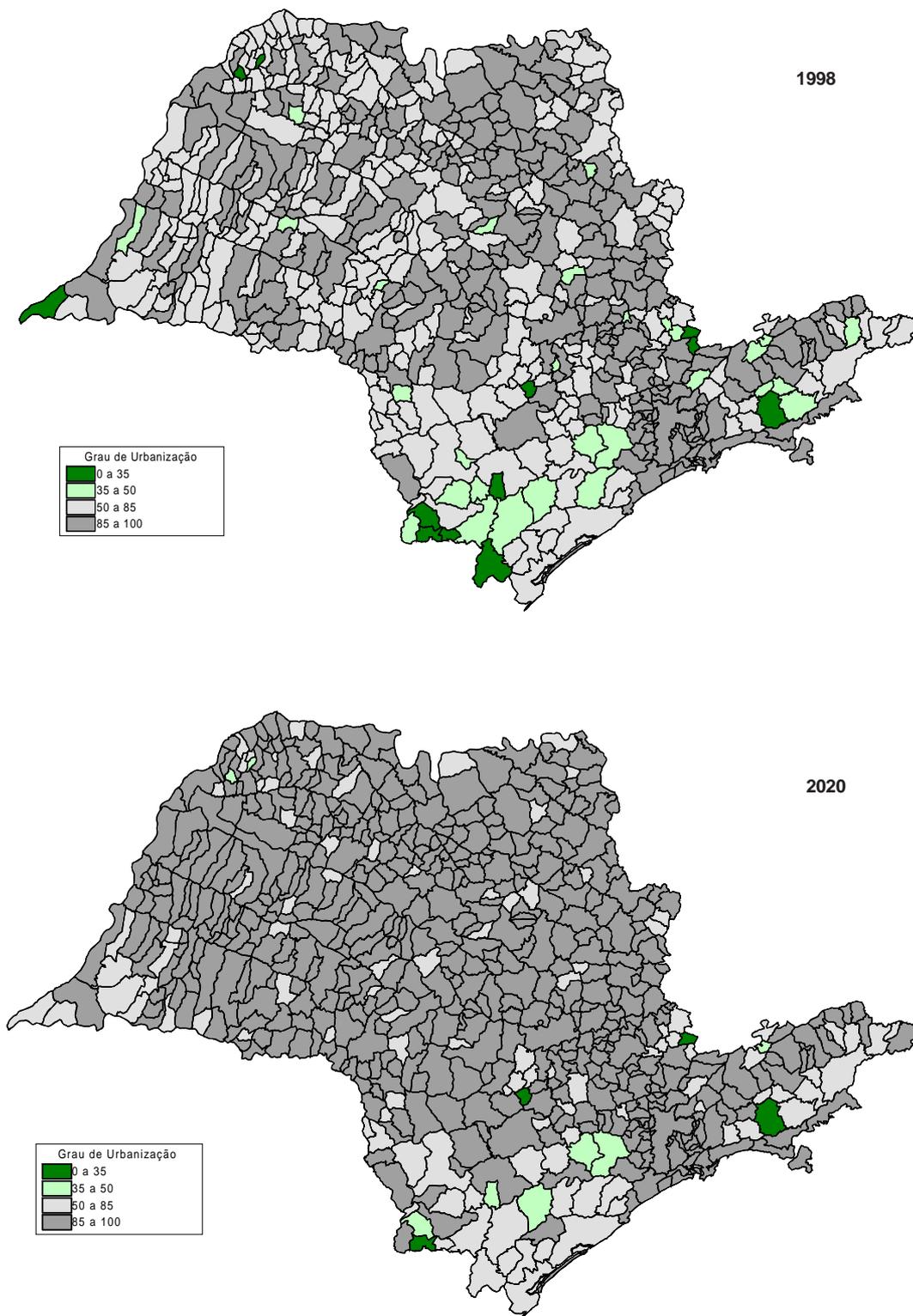
Fonte: Fundação Seade/Fundação IBGE.

Mapa 3

Grau de Urbanização

Municípios do Estado de São Paulo

1998-2020



Fonte: Fundação Seade. Sistema de Projeções Populacionais.

Avaliando-se as tendências da urbanização no Estado, observa-se que, em 1980, 190 municípios ainda contavam com grau de urbanização inferior a 50%. Em 1998, no entanto, esse número diminuiu sensivelmente, passando para 41. Para o ano 2020, prevê-se que o Estado de São Paulo terá apenas 12 municípios com grau de urbanização inferior a 50%. Dentre estes, somente quatro deverão registrar taxas inferiores a 35%: Quadra, Ribeira, Pedra Bela e Paraibuna.

Na classe com grau de urbanização entre 50% e 85% encontravam-se, em 1980, praticamente 50% dos municípios paulistas. Para 2020, prevê-se, no entanto, sensível redução no número de municípios desse grupo, que passará a ser composto por apenas 16% dos municípios paulistas. Em contrapartida, prevê-se aumento surpreendente no número de municípios com grau de urbanização superior a 85%. Em 2020, praticamente 527 municípios integrarão esta classe, o que corresponderá a 82% dos municípios paulistas.

Mobilidade Espacial da População em São Paulo

Migração nas Regiões Paulistas

A tendência do comportamento migratório no Estado de São Paulo esteve associada ao processo de interiorização do desenvolvimento econômico, que determinou sensível recuperação nas regiões onde tradicionalmente havia perda populacional e desacelerou o crescimento migratório nas áreas típicas de maior atração de migrantes. Neste contexto, a década de 80 assistiu a importantes alterações em termos das tendências migratórias em todo território paulista.

As regiões a leste do Estado que, de modo geral, apresentavam elevadas taxas de migração (relação entre o saldo migratório e a população média do período considerado), reduziram bastante a intensidade desse indicador no período 1980-91. São os casos de Campinas, Santos, São José dos Campos e Ribeirão Preto. Em contrapartida, as regiões a oeste e norte do Estado, que contavam com taxas de migração negativas na década de 70, diminuíram a evasão populacional nesse mesmo período, com destaque para Araçatuba, Presidente Prudente e Marília. A região de São José do Rio Preto alterou sua tendência migratória apresentando taxa de migração positiva no período 1980-91.

Nas áreas centrais do Estado, verificou-se a manutenção dos níveis migratórios como no caso de Sorocaba, Bauru e Central. Destacaram-se também Barretos e Franca, que passaram a contar com taxas positivas no período 1980-91. Alteração significativa da tendência migratória ocorreu na Região Metropolitana de São Paulo que, pela primeira vez na história, passou a fazer parte do grupo de regiões com taxas de migração negativas. Esta área, em conjunto com a região de Registro, mais ao sul do Estado, passou a apresentar perdas migratórias no período 1980-91 (Mapa 4).

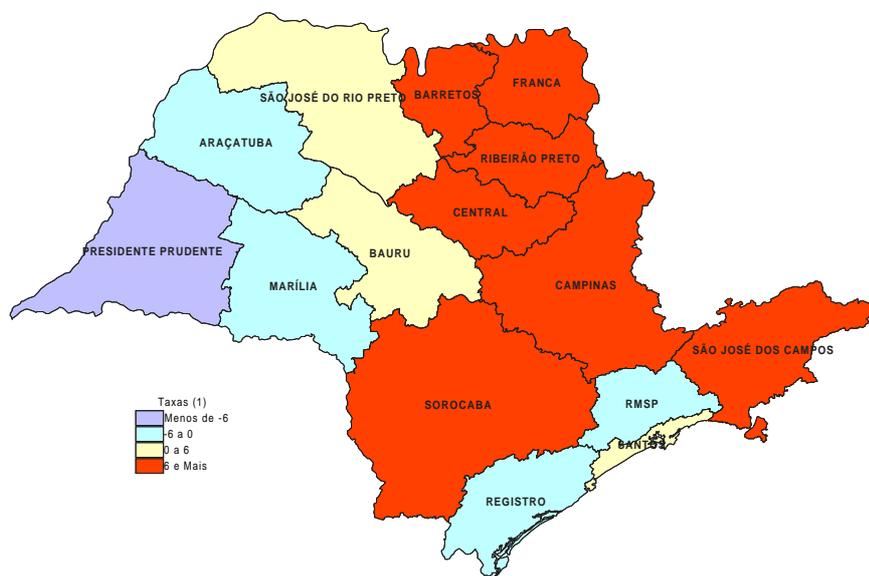
Na década de 90, com exceção das áreas situadas no cinturão metropolitano, todas as regiões paulistas apresentaram redução nas taxas de migração. Na metrópole, o saldo migratório anual na década de 80 foi negativo, da ordem de -25 mil pessoas, e entre 1991-96 o saldo continuou negativo, porém diminuiu para -7 mil pessoas.

No interior do Estado, o saldo migratório anual diminuiu de 78 mil pessoas entre 1980-91, para 67 mil entre 1991-96. As regiões mais dinâmicas exibiram diminuições no ritmo do crescimento migratório, com exceção para as regiões de Bauru, São José do Rio Preto e Franca, que apresentaram ganhos nesse mesmo período (Mapa 5).

A análise segundo os municípios paulistas permite apreender aspectos interessantes da dinâmica migratória em São Paulo. No período 1991-96, verificou-se que a diminuição na intensidade do crescimento migratório persistiu também no âmbito municipal (Mapa 6). A maior taxa de migração do Estado foi registrada pelo município de Santana de Parnaíba na Região Metro-

Mapa 4

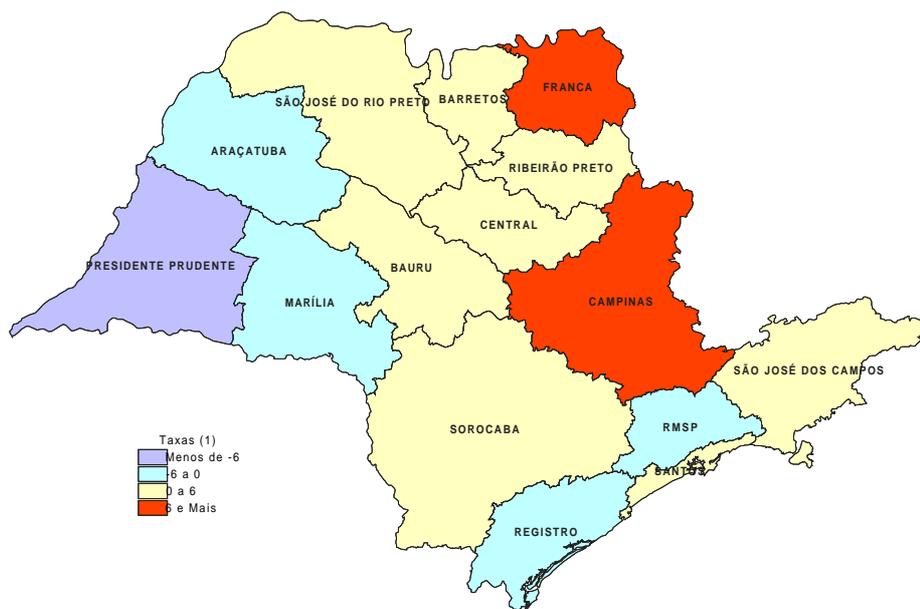
Taxas Líquidas de Migração Regiões Administrativas 1980-91



Fonte: Fundação Seade. Sistema de Projeções Populacionais. Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1980 e 1991.
(1) Por 1.000 habitantes.

Mapa 5

Taxas Líquidas de Migração Regiões Administrativas 1991-96



Fonte: Fundação Seade. Sistema de Projeções Populacionais. Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996.
(1) Por 1.000 habitantes.

litana de São Paulo (68 por mil habitantes) e a menor taxa pelo município de Buritizal, localizado na Região de Franca (- 434 por mil habitantes). Outro aspecto interessante é que, em 1991-96, 103 municípios mostraram taxas quase nulas, apontando que, em mais de 15% deles, a migração teve papel pouco relevante para o crescimento populacional.

O Mapa 7 exhibe a tendência migratória para os municípios no período 1980-91 e 1991-96. Observa-se a formação de áreas com elevadas taxas migratórias no período 1991-96, no entorno de municípios de maior porte, que passaram a registrar taxas de migração inferiores e até mesmo negativas nesse período. A formação desses “cinturões” pode ser observada com maior nitidez na capital paulista e no município de Campinas. Também tem destaque o município de Sorocaba, com as faces oeste e norte margeadas por municípios com taxas de migração positivas, superiores a 14 por mil habitantes. Os municípios do Litoral, ao sul e ao norte de Santos, também exibiram taxas superiores a 14 por mil habitantes nesse período.

Outro aspecto importante é a grande área localizada a oeste do Estado. Sua característica eram as perdas migratórias importantes e agora conta com uma condição migratória mais heterogênea, apresentando municípios com distintas tendências.

Tendências das Migrações em São Paulo

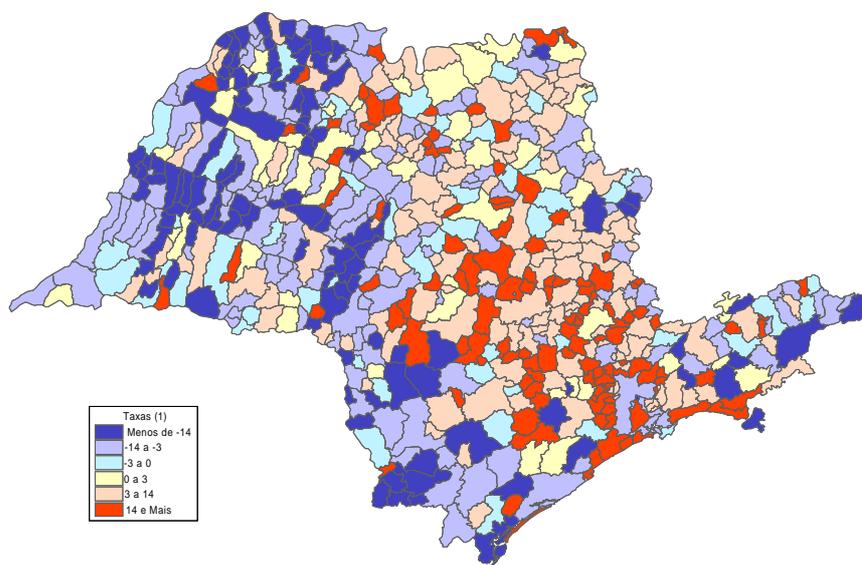
No cenário futuro das migrações, espera-se a continuidade nas tendências observadas a partir da década de 80. Assim, no período 2015-2020, o Estado de São Paulo tenderá a registrar uma taxa de 1,75 migrante por mil habitantes, bastante próxima da registrada no período 1991-96, que era de 1,82 migrante por mil habitantes. Essa taxa é bastante inferior à observada na década de 70, o principal momento de crescimento migratório do Estado, quando a taxa chegou a alcançar 14,4 migrante por mil habitantes. Em grande medida, a diminuição da participação da migração estaria relacionada à permanência nos processos de interiorização do crescimento econômico no Estado de São Paulo, bem como à persistência da tendência de desconcentração de população da metrópole paulista e, sobretudo, da capital do Estado para as regiões do interior.

As implicações da continuidade desses processos no âmbito regional significaria menor atração migratória das áreas localizadas a leste do Estado, bem como diminuição das perdas migratórias das áreas situadas, sobretudo, na porção oeste. Como resultado, teríamos condição migratória mais homogênea entre as regiões, com menores oscilações entre as maiores e as menores taxas migratórias. No período 2015-2020, a maior taxa migratória continuaria sendo registrada pela Região de Campinas, porém esta não chegaria a 6% ao ano. Por outro lado, apenas duas áreas apresentariam taxas próximas a zero: Presidente Prudente e Registro.

Para o período 2015-2020, prevê-se que a dinâmica migratória da metrópole paulista poderá apresentar crescimento migratório quase nulo, refletindo o resultado de trocas migratórias. Ou seja, grande número de pessoas continuaria entrando e saindo da área, dando como resultado um saldo migratório pequeno.

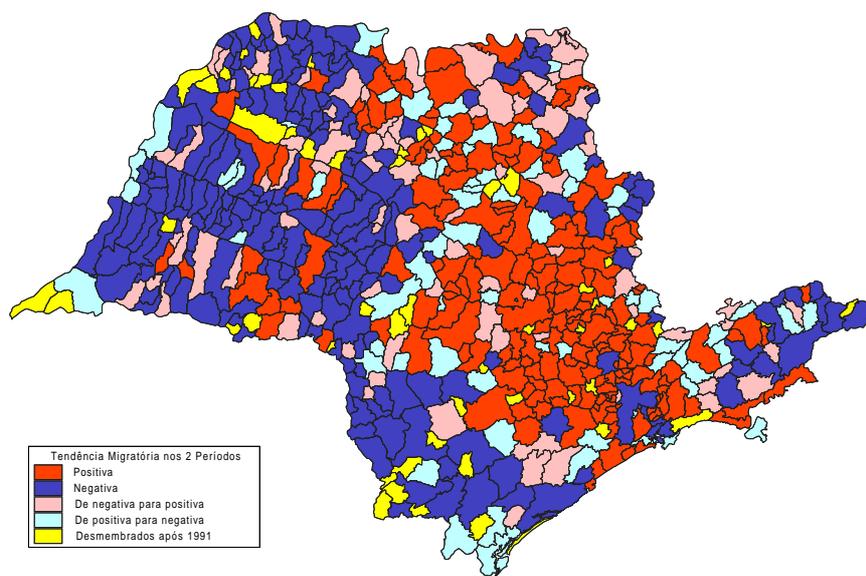
Apesar dessa “convergência” nas taxas migratórias das regiões paulistas, acredita-se que continuariam existindo diversas dinâmicas migratórias regionais com características específicas, merecedoras, portanto, de políticas específicas. Assim, concomitantemente à diminuição nas taxas de migração, outras temáticas irão transformar ainda mais o papel que as migrações vêm desempenhado no contexto estadual. Temas como urbanização de pequenos municípios, êxodo rural, periferização e conurbação de cidades médias, formação de cidades-dormitórios, metropolização e migração intra-regional estarão cada vez mais integrados e, com certeza, farão parte da mesma questão migratória regional.

Mapa 6
Taxas Líquidas de Migração
Municípios do Estado de São Paulo
1991-1996



Fonte: Fundação Seade. Sistema de Projeções Populacionais. Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1991 e Contagem da População de 1996.
 (1) Por 1.000 habitantes

Mapa 7
Tendência das Taxas Líquidas de Migração – Municípios que Mantiveram
Taxas Negativas e Municípios que Mantiveram Taxas Positivas
Estado de São Paulo
1980/91 e 1991/96



Fonte: Fundação Seade. Sistema de Projeções Populacionais. Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1980 e 1991 e Contagem da População de 1996.

Características dos Migrantes

A análise por grupos etários dos dados relativos aos migrantes que entraram no Estado de São Paulo evidencia que a população entre 25 e 49 anos teve participação expressiva no conjunto dos deslocamentos populacionais para São Paulo entre 1981 e 1991, de 38,8%. Seguiu-se a população jovem (15 a 24 anos), responsável por 32% desses movimentos. Vale salientar que as pessoas que se deslocaram para o Estado de São Paulo nos diversos grupos etários não apresentaram diferenças segundo sexo.

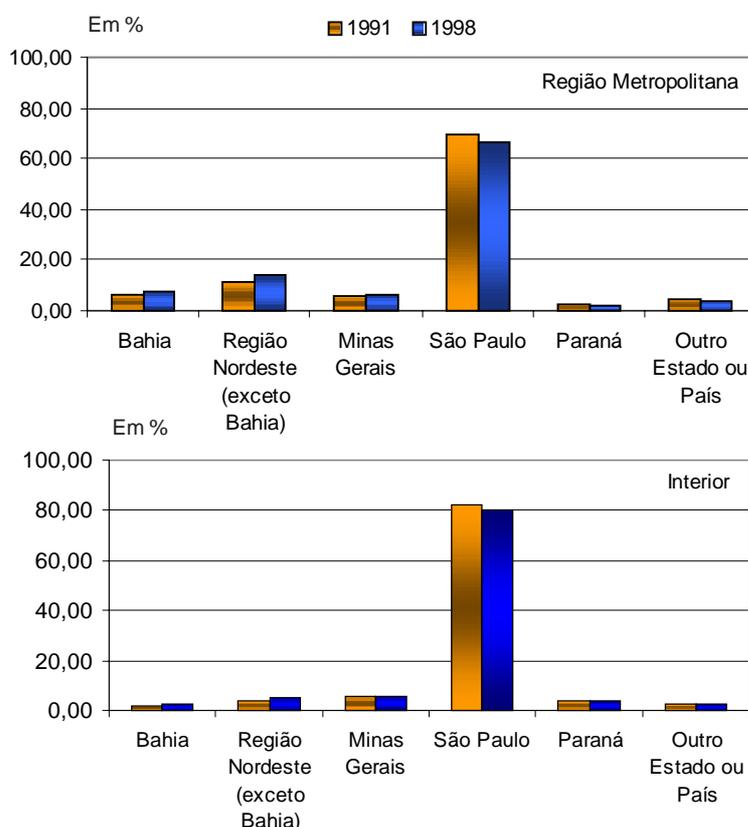
Dentre a população que saiu do Estado no período, verificou-se ligeiro predomínio dos homens em relação às mulheres, respectivamente de 51,6% contra 48,4%. A participação mais elevada coube ao grupo de emigrantes entre 25 e 49 anos, da ordem de 42% entre 1981 e 1991.

A análise da população residente no Estado de São Paulo indica que, em 1991, 76% nasceram no próprio Estado de São Paulo; no ano de 1998, essa participação diminuiu para 71,6%. Dentre os nascidos em outros Estados brasileiros, destacaram-se os nordestinos (exceto baianos), mineiros e baianos.

A comparação da população residente na metrópole paulista segundo local de nascimento revela diferenças importantes: nesta, 30% eram naturais de outras unidades da Federação em 1991, com maior participação de nordestinos, exceto baianos (11,5%), baianos (6,2%) e mineiros (5,9%). No ano de 1998, a proporção de naturais de outros Estados brasileiros elevou-se para 34%, destacando-se os nordestinos (14,2%), baianos (7,6%) e mineiros (3,9%).

Gráfico 5

**Local de Nascimento da População Residente
Região Metropolitana de São Paulo e Interior
1991-1998**

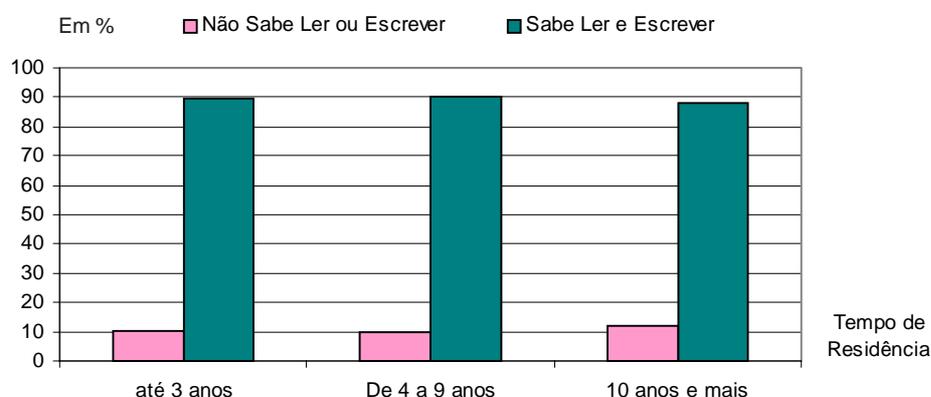


Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV. Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1991.

Na população residente no interior paulista, observa-se que, em 1998, 80% nasceram no próprio Estado de São Paulo e apenas 18% em outros Estados brasileiros. A maior participação dos não-naturais coube a Minas Gerais (5,7%), seguido do Paraná (3,9%) e da Região Nordeste (5,0%) (Gráfico 6).

As informações referentes aos indivíduos que nasceram fora do Estado de São Paulo, segundo condição de alfabetização, apontam que, em 1988, independentemente do tempo de residência, eram majoritariamente alfabetizados. Os que não sabiam ler ou escrever representavam em torno de 10% dos não-naturais (Gráfico 7).

Gráfico 6
Distribuição dos Indivíduos que Nasceram Fora do Estado segundo Condição de Alfabetização e Tempo de Residência no Município Atual Estado de São Paulo 1998



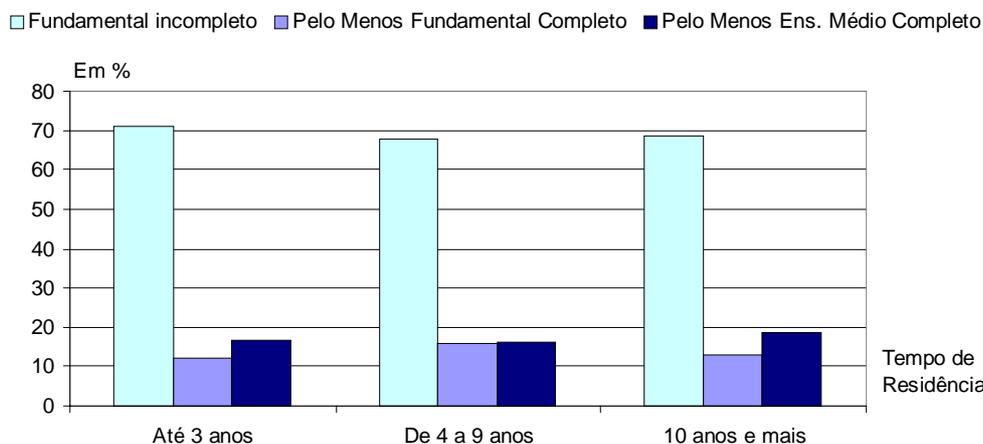
Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 1998.

Outra informação importante relacionada com a escolaridade do migrante é o nível de instrução. Dentre os não-naturais residentes há menos de três anos no Estado em 1998, 71,2% apresentavam como nível de instrução o Ensino Fundamental incompleto, 12,3% possuíam pelo menos o Ensino Fundamental completo e 16,5%, pelo menos o Ensino Médio completo (Gráfico 7).

Para a população não-natural residente no Estado entre quatro e nove anos, observou-se menor participação daqueles com nível de instrução fundamental incompleta, se comparados aos residentes no Estado há menos de três anos: 68,0% contra 71,2%, respectivamente. Para o grupo com instrução de, pelo menos, Ensino Fundamental completo, residente de quatro a nove anos, houve pequeno aumento em termos proporcionais, se comparado aos residentes há menos de três anos: 15,9% contra 12,3%, respectivamente.

A população não-natural, residente há mais de dez anos, também registrou maior participação proporcional, com nível de instrução fundamental completa. Vale ressaltar a participação pouco superior do grupo com pelo menos Ensino Médio completo.

Gráfico 7
Distribuição dos Indivíduos de 15 Anos e Mais que Nasceram Fora do Estado
segundo Nível de Instrução (Ensino Regular)
e Tempo de Residência no Município Atual
Estado de São Paulo
1998



Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 98.

Fecundidade da Mulher Paulista

Tendências e Padrões de Fecundidade

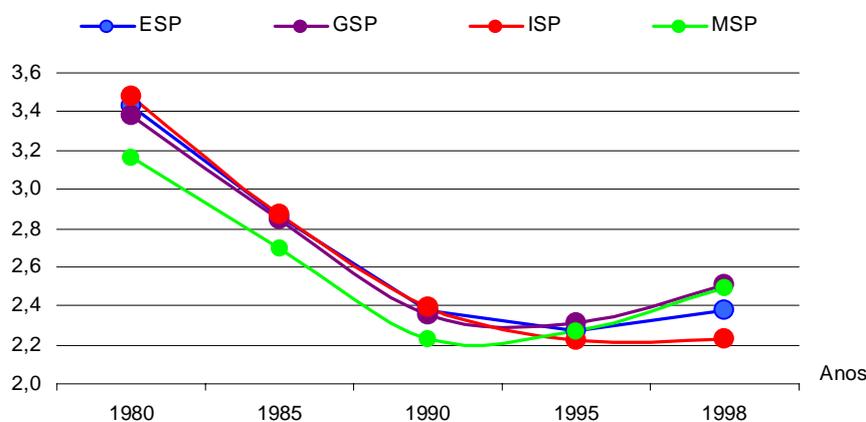
No Estado de São Paulo, de 1980 até hoje, o número médio de filhos nascidos vivos, tidos pelas paulistas dos 15 aos 49 anos, passou de 3,4 a 2,4, dando continuidade ao processo acelerado de descenso iniciado nos anos 60. No entanto, a partir de 1995, esse indicador tende a subir ligeiramente. Por outro lado, quando se subdivide o Estado em interior, Região Metropolitana de São Paulo e capital, nota-se o fato interessante de que no interior, hoje, a fecundidade é mais baixa que nas duas outras regiões, ao contrário do que acontecia em 1980 (Gráfico 8). De todas as formas, o número médio de filhos por mulher já atingiu, em todo o Estado, níveis considerados baixos em nível mundial. A redução da fecundidade tem conseqüências demográficas importantes e irreversíveis. A longo prazo, provocam mudanças sociais, econômicas, culturais e na família.

A primeira e mais evidente delas é a diminuição do ritmo de crescimento populacional, que vem acompanhada, sempre, pela diminuição relativa ou, em certos casos, absoluta, no número de nascimentos. Isso resulta no envelhecimento da população, ou seja, na diminuição relativa de crianças e jovens e no aumento relativo de pessoas na terceira idade.

Outra conseqüência não menos importante é a redução do número médio de pessoas na família. Claro está que mulheres com menos filhos e famílias com menos membros pressionam o mercado de trabalho de forma muito mais intensa que em décadas anteriores.

Quando se subdivide o Estado nas suas Regiões de Governo, nota-se que em 1980 havia diferenças maiores que as de hoje. As mulheres de Votuporanga, cuja fecundidade é a menor do Estado, ostentavam 2,55 filhos em 1980, ao passo que as de Registro, no outro extremo, 5,05 filhos. Em 1998, a fecundidade mais baixa, a de São José do Rio Preto, igual a 1,83, é muito mais próxima da mais alta, que continua sendo a de Registro, com 2,97. Ou seja, o número médio de filhos baixou em todas as regiões do Estado e, além disso, é hoje mais homogêneo que em 1980. Pode-se afirmar que o descenso é universal e afeta todas as regiões do Estado.

Gráfico 8
Número Médio de Filhos por Mulher
Estado, Interior, Região Metropolitana e Município de São Paulo
1980-1998

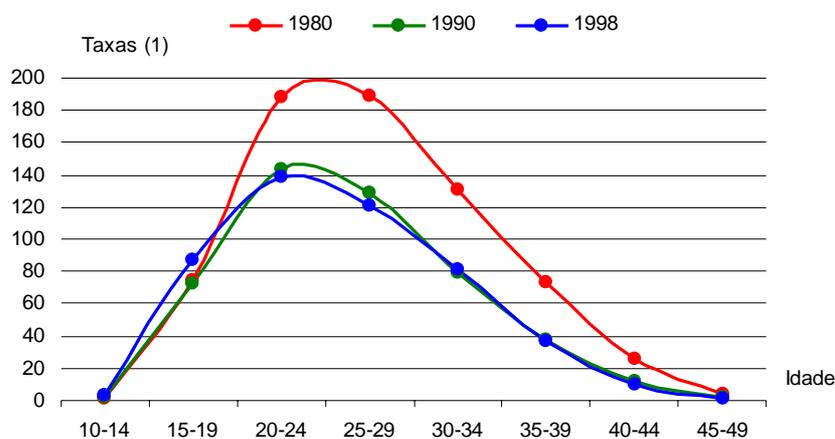


Fonte: Fundação Seade. Sistema de Estatísticas Vitais.

Fecundidade na Adolescência

Outra característica da fecundidade que deve ser levada em conta é sua composição por idades, ou seja, as taxas vistas segundo a idade das mães, observável no Gráfico 9.

Gráfico 9
Taxas de Fecundidade por Idade das Mães
Estado de São Paulo
1980 - 1998



Fonte: Fundação Seade. Sistema de Estatísticas Vitais.
 (1) Por 1.000 mulheres.

Em termos absolutos, as taxas de fecundidade baixaram mais nas idades intermediárias, dos 20 aos 35 anos, justamente o tramo em que as mulheres têm normalmente mais filhos. No entanto, houve diminuições relativas importantes em todos os grupos, com exceção dos de 10-14 anos e 15-19 anos. Nestas idades, houve incremento nas taxas. Claro está que o grupo menor de 15 anos tem uma fecundidade extremamente baixa, mas é preocupante observar que as taxas têm mostrado tendência sistemática de incremento, passando de 1,2 para 2,8 entre 1980 e 1998, pois são filhos de mães praticamente recém-ingressadas na adolescência e que, aparentemente, ficaram grávidas não por opção mas por desconhecimento de métodos de controle da natalidade. No

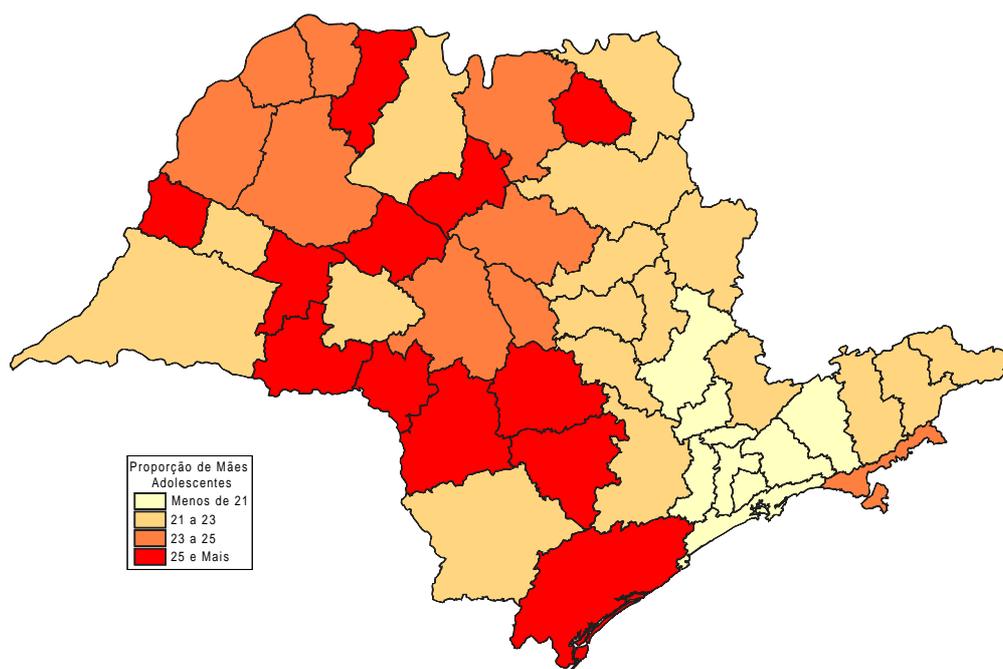
grupo 15-19 anos, as taxas, além de elevadas, se comparadas com as de outros países com níveis gerais de fecundidade semelhantes, têm mostrado tendência de aumento. Observe-se que em 1998 as taxas, nessa faixa etária, iguais a 87,4, ultrapassam os níveis de fecundidade das mulheres de 30-34 anos. O fenômeno tem ocorrido no país inteiro, de forma persistente.

O Mapa 8 mostra as diferentes proporções de mães adolescentes com relação ao total de mães nas Regiões de Governo. Em muitas delas, os nascimentos de mães que não completaram 20 anos ultrapassa a marca dos 25%. O fato pode estar relacionado com o baixo grau de instrução de parte da população feminina, assim como aos altos índices de laqueadura de mulheres jovens, fazendo com que encerrem sua vida reprodutiva prematuramente.

Na Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS - 1996), ao questionar as mulheres sobre a idade ao ter seus primeiros filhos, obteve-se como resposta que 50% do estrato feminino de menor instrução os tiveram na adolescência (antes dos 20 anos de idade). Em contraste, no grupo mais instruído, a proporção mal atingiu os 10%.

Há hipóteses de que o aumento da gravidez na adolescência, nos países em desenvolvimento, se deu como resultado da conquista de maior liberdade sexual em todos os segmentos da sociedade, movimento iniciado no final dos anos 60, visto que os jovens não se encontravam preparados para ele, como nos países mais desenvolvidos. Nestes, o aumento de mães com menos de 20 anos, ou não se registrou ou foi um fenômeno passageiro. Outra hipótese levantada pelos estudiosos está na crescente ênfase dada ao sexo e à sexualidade nos meios de comunicação de massa. De uma forma ou de outra, essas constatações mostram a incapacidade do sistema econômico e social de criar oportunidades efetivas para a mulher jovem se educar mais e melhor.

Mapa 8
Proporção de Mães Adolescentes
Regiões de Governo do Estado de São Paulo
1998

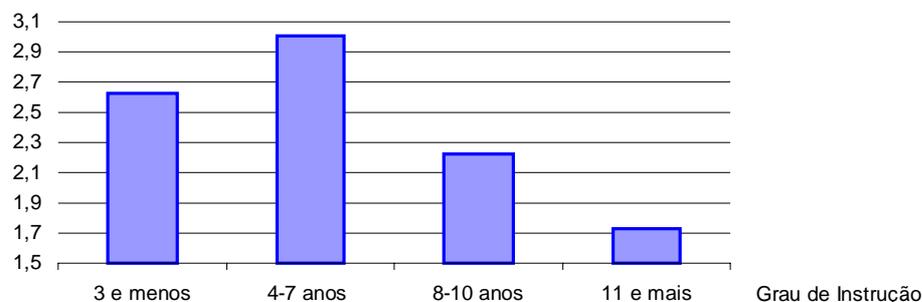


Fonte: Fundação Seade. Sistema de Estatísticas Vitais.

Características da Fecundidade

Um dos mais importantes diferenciais de fecundidade pode ser visto no Gráfico 10. Com efeito, os indicadores do número de filhos são muito diferentes, dependendo do nível de instrução da mulher. As que têm três e menos e as com quatro a sete anos de instrução apresentam fecundidade em torno de três filhos, ao passo que as entre oito e dez têm 2,2 filhos e as com 11 e mais anos, apenas 1,7. Este é um dos motivos mais fortes para supor que existe acentuada pressão no sentido da continuidade da diminuição da fecundidade no futuro, apesar de os níveis gerais já estarem relativamente baixos e inclusive tenderem, nos últimos anos, a ligeiro aumento. Isso porque se supõe que os níveis de escolaridade dos brasileiros e especialmente das brasileiras continuará aumentando, como vem acontecendo nas últimas décadas. A escolaridade, juntamente com a participação feminina na atividade econômica, são as variáveis socioeconômicas que mais afetam o comportamento reprodutivo da população.

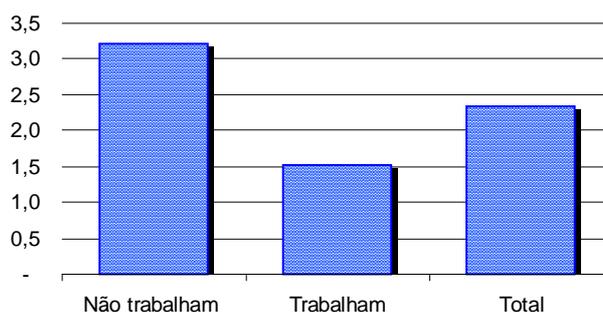
Gráfico 10
Número de Filhos, segundo Instrução da Mulher
Estado de São Paulo
1996



Fonte: Demographic Health Survey, 1996.

No Gráfico 11, pode-se observar que as mulheres que trabalham fora do lar têm fecundidade que corresponde praticamente à metade em relação à das que não trabalham. Como tem sido observada, nas últimas décadas, a tendência ao aumento da participação da mulher nas atividades econômicas, fator intimamente relacionado com a urbanização e o desenvolvimento, supõe-se que esse é outro fator explicativo não só da diminuição dos níveis de fecundidade das paulistas até aqui, mas também da continuidade desse descenso no futuro, mesmo que num ritmo menor.

Gráfico 11
Número Médio de Filhos segundo
Atividade Econômica da Mulher
Estado de São Paulo
1996



Fonte: Demographic Health Survey, 1996.

Uma das preocupações dos pesquisadores, principalmente os da área da saúde pública, tem sido a porcentagem dos partos por cesárea. Com efeito, ela varia de 78,2 % na Região de São José do Rio Preto a 27,5% na de Registro, em 1998. Mesmo o índice desta região, apesar de ser o mais baixo, ainda é considerado elevado segundo critérios da Organização Mundial da Saúde (OMS). Não há tendência clara em termos de diminuição das taxas com o passar do tempo, o que torna o problema preocupante.

Implicações Sociais dos Novos Padrões da Fecundidade

O aumento da escolaridade feminina, assim como a maior participação da mulher no mercado de trabalho – que vêm ocorrendo em todo o território nacional e, mais especificamente, no Estado de São Paulo – são fatores favoráveis à redução do número de filhos de um casal. Assim, como esses fatores vêm aumentando, o número médio de filhos por mulher sofreu queda considerável de 1980 a 1998. O processo mostra tendência de homogeneização dos valores deste indicador em todas as regiões do Estado, em torno de dois filhos por mulher. Embora algumas regiões já tenham alcançado, em 1998, valores inferiores a este, como é o caso das RAs Central (1,95), de Araçatuba (1,82) e de São José do Rio Preto (1,79), outras exibem taxas acima, como Registro (2,66), Sorocaba (2,35), Região Metropolitana (2,28) e São José dos Campos (2,24).

O panorama sugere que as primeiras regiões, provavelmente, sofrerão pequenos decréscimos, pois já passaram da taxa de reposição da população indicada internacionalmente como 2,1 filhos por mulher. No entanto, espera-se que as mulheres das regiões de mais altas taxas em 1998, seguindo os modelos das demais, reduzirão sua fecundidade a valores próximos a dois filhos.

A diminuição do número médio de filhos por mulher levará a maior pressão por parte das mulheres para se inserirem no mercado de trabalho, pois aumentará sua disponibilidade. Este fator aumentará a concorrência por vagas de emprego, o que, por outro lado, fará com que haja redução da dependência econômica do marido.

A redução desse mesmo indicador, por diminuir o ritmo de crescimento da população escolar ou mesmo por diminuí-la em termos absolutos, fará com que a pressão por vagas escolares também diminua, proporcionando aos administradores públicos mais flexibilidade no uso do orçamento dirigido à educação, o que poderá melhorar sua qualidade e extensão e diminuir custos, os chamados investimentos demográficos, recursos alocados exclusivamente para suprir o aumento contínuo de vagas, típico até os anos 70.

A queda da fecundidade proporcionará a desaceleração do ritmo de crescimento da população, mas aumentará bastante a proporção de idosos, o que deverá impulsionar os governantes à busca de soluções futuras para o atendimento desta faixa etária, que já começa a se delinear como problema no presente.

Apesar da estabilização ou mesmo do provável declínio dos elevados níveis de fecundidade das adolescentes, devido ao aumento quase certo dos níveis de escolaridade no futuro, as conseqüências desse comportamento já se fazem sentir, principalmente no âmbito das famílias (com altas proporções de adolescentes mulheres chefes de família e sem condições de sustentá-las adequadamente) e no das próprias adolescentes (maior mortalidade materna, uma série de problemas médicos, maior mortalidade da criança, problemas psicológicos da mãe e da criança, etc.).

Outra conseqüência não menos importante da diminuição da fecundidade é a redução do número médio de pessoas na família.

A porcentagem de partos por cesárea, que tem mostrado sistemática insistência em manter-se em níveis elevados, tende a tornar-se, com o tempo, um problema sanitário importante e terá de ser tratado com maior sensibilidade por parte das autoridades sanitárias do Estado.

Nupcialidade da Mulher Paulista

Tendências e Padrões da Nupcialidade

Observou-se nas últimas décadas decréscimo significativo no volume de casamentos legais de 12% entre 1980 e 1998. As taxas de nupcialidade, ou seja, o número de casamentos ocorridos para cada mil habitantes, apresentaram queda mais pronunciada de 37,3%: de 8,3 casamentos por mil habitantes passou para 5,2, mantendo-se estável nos últimos anos (Tabela 3).

Ao contrário dos casamentos legais, as dissoluções matrimoniais apresentaram aumentos significativos desde 1984, principalmente os divórcios, que praticamente duplicaram de volume entre 1988 e 1989, em decorrência da facilidade adquirida com a Constituição de 1988 que agilizou os trâmites legais do divórcio.

Outro fator que serve para justificar esse aumento, como também a queda nas taxas de nupcialidade, são as mudanças socioculturais ocorridas nos últimos tempos: liberação sexual; disseminação da pílula anticonceptiva; maior participação da mulher no mercado de trabalho; maior aceitação, ainda que com certo preconceito, das relações sexuais pré-maritais, das coabitações e dos divórcios, etc. Citem-se ainda as pressões de tipo econômico, como os gastos referentes à realização da(s) cerimônia(s) ou mesmo à montagem do novo lar.

Os divórcios apresentaram entre 1984 e 1995 um crescimento de 125% em suas taxas por mil habitantes. Ao relacionar os divórcios e os casamentos legais realizados no ano, verifica-se aumento ainda maior de 264%. As separações judiciais também apresentaram aumento, mas de forma menos marcante e acelerada, tanto em volume como em taxas (Tabela 3). O fato de as taxas por 100 casamentos apresentarem crescimento mais vertiginoso decorre muito da queda desse denominador no período compreendido.

Tabela 3
Evolução das Taxas de Casamentos, Separações Judiciais e Divórcios
Estado de São Paulo
1980-1998

ANO	TAXAS				
	Casamento (1.000 hab.)	Divórcio (1.000 hab.)	Divórcio (100 cas.)	Separação (1.000 hab.)	Separação (100 cas.)
1980	8,30	-	-	-	-
1981	8,40	-	-	-	-
1982	8,40	-	-	-	-
1983	7,70	-	-	-	-
1984	8,00	0,40	4,81	0,90	10,93
1985	7,90	0,50	6,01	1,10	13,84
1986	7,70	0,40	5,34	1,10	14,18
1987	7,50	0,40	5,28	1,20	16,01
1988	7,30	0,50	6,14	1,20	16,01
1989	6,80	0,90	12,83	1,00	15,05
1990	6,30	0,90	14,16	0,90	14,51
1991	6,00	0,90	15,47	1,00	16,95
1992	5,70	1,00	17,32	1,10	19,10
1993	5,80	1,00	16,80	1,10	19,60
1994	5,70	0,98	17,12	1,10	19,26
1995	5,40	0,95	17,50	1,07	19,79
1996	5,20	-	-	-	-
1997	5,30	-	-	-	-
1998	5,16	-	-	-	-

Fonte: Fundação Seade. Sistema de Estatísticas Vitais. Fundação IBGE.

Num primeiro momento, talvez o fato de o divórcio permitir a volta ao mercado matrimonial, tornando a pessoa apta a contrair legalmente nova união civil, tenha contribuído para o seu aumento relevante sobre as separações judiciais. Contudo, nos anos 90, nota-se que tanto os divórcios quanto as separações judiciais apresentaram tendência de estabilidade com taxas muito próximas.

Características da Nupcialidade

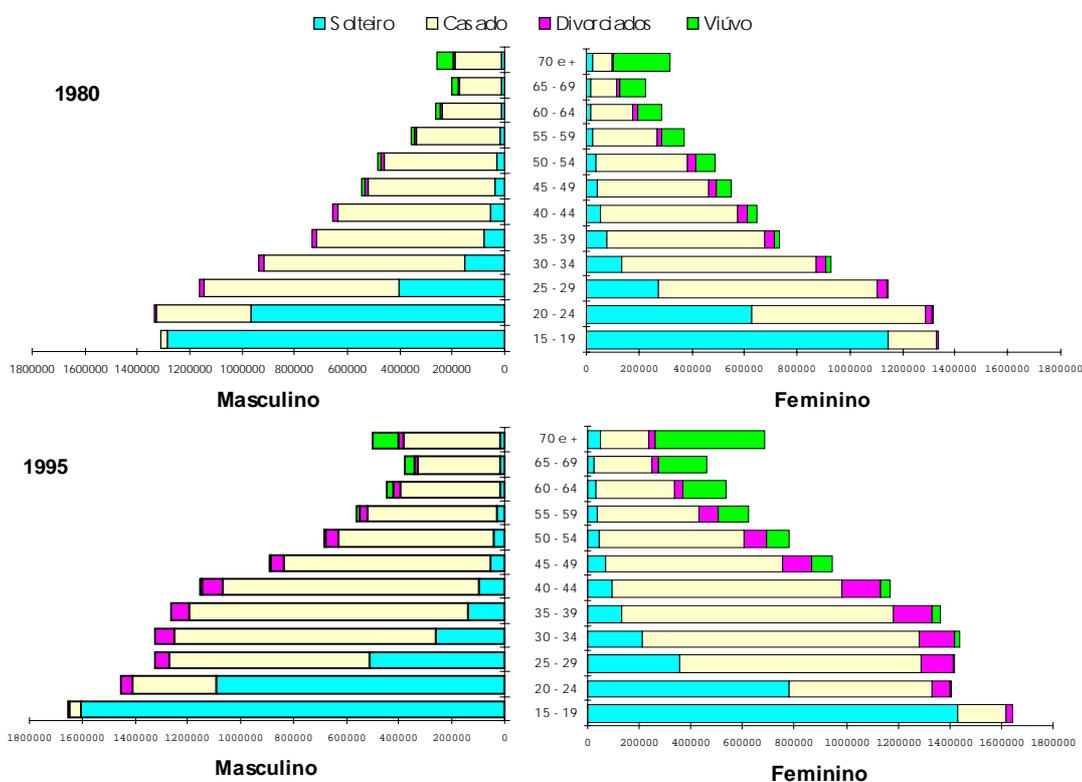
A composição da população por estado civil mostra que diferenças significativas se processaram entre 1980 e 1995, principalmente entre os declarados não unidos, enquanto a proporção de casados permaneceu a mesma, em torno de 58% do total da população de 15 anos e mais.

A pirâmide etária da população de 15 anos e mais por estado civil revela que a proporção que mais aumentou foi a de divorciados, desquitados e separados. O aumento mais significativo ocorreu entre os homens, entretanto é o sexo feminino que apresenta em 1995 maior proporção de divorciadas. As viúvas foram as que apresentaram o menor crescimento, enquanto os viúvos permaneceram com a mesma proporção do início do período (Gráfico 12).

O fato de viúvas e/ou divorciadas terem se casado menos que os homens mostra a dificuldade que elas encontram no mercado matrimonial. Segundo Berquó (1986),¹ com o passar dos anos, as mulheres têm mais dificuldade em encontrar novo parceiro, pois os homens preferem as mais jovens para contrair novo matrimônio.

Gráfico 12

População de 15 Anos e Mais, por Sexo, segundo Idade e Estado Civil
Estado de São Paulo
1980-1995



Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 1991. PNDA de 1995, Fundação IBGE.

1. BERQUÓ, Elza. *Pirâmide da Solidão*. 5º Encontro Nacional de Estudos Populacionais – Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep). Águas de São Pedro, 12 a 16 de outubro de 1986.

Outro fator de importância e que diminui ainda mais o interesse dos homens pela mulher separada é a existência de filhos, sobretudo se estes forem menores de idade, pois em sua maioria, após o rompimento da relação, permanecem sob a guarda da mãe.

Dentre os declarados unidos, importante variável a observar é o tipo de vínculo matrimonial. No Brasil, é tradicional o casamento realizado no civil e no religioso, tanto que, no Censo Demográfico de 1980, 74,5% das pessoas com 15 anos e mais se declararam unidas por essa forma. Com o decorrer do tempo, esse percentual diminuiu, passando para 67,2% e 63,8% em 1991 e 1995, respectivamente.

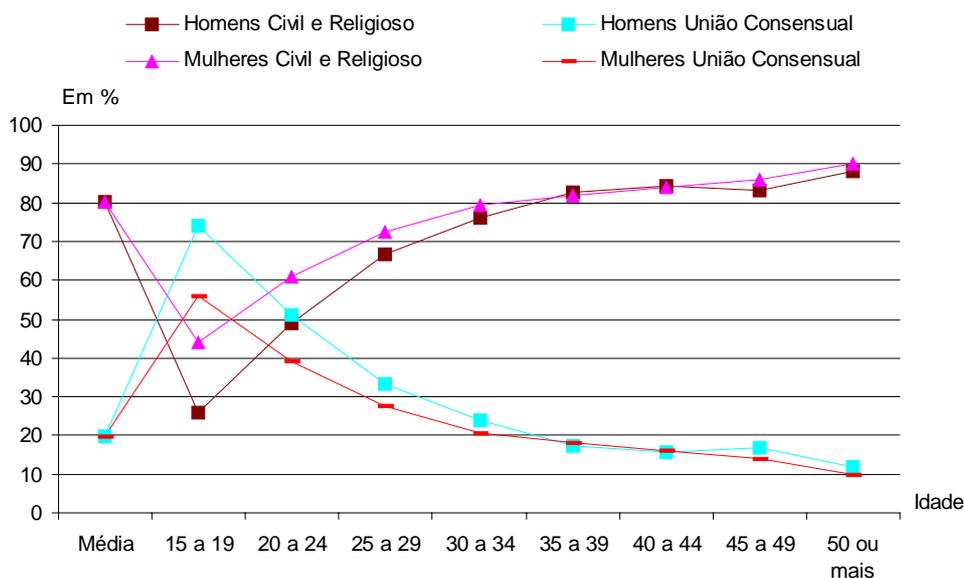
O que chama a atenção nesse período é o aumento das uniões sem vínculos legais. Enquanto em 1980 essas uniões não alcançavam 10% do total de declarados unidos com 15 anos e mais, em 1991 essa proporção foi de 14,2% e em 1995 alcançaram a segunda posição na preferência dos paulistas, constituindo 18,9% da população unida.

Por faixa etária, observa-se que a camada mais jovem da população elegeu, em 1991 e 1995, as relações consensuais como sua principal opção para o início do matrimônio; as demais faixas etárias mostraram-se adeptas das uniões legais, com destaque para as uniões efetuadas tanto no civil quanto no religioso (Gráfico 13).

Pode-se justificar a preferência dos mais jovens pela união consensual em parte como resultado das exigências legais, que não permitem o casamento de mulheres menores de 18 anos sem o consentimento dos pais e de menores de 16 anos sem a liberação de um juiz.

Para os outros grupos etários, o reconhecimento legal da união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar: o direito adquirido pela(o) concubina(o), à herança ou à pensão alimentícia enquanto não constituir nova união e desde que prove necessidade, entre outros bens conquistados (Leis 8.971 de 29/12/1994 e 9.278 de 10/05/1996), tiveram importante papel no aumento desse tipo de união.

Gráfico 13
Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, Casadas, por Tipo de União,
segundo os Grupos de Idade
Estado de São Paulo
- 1995

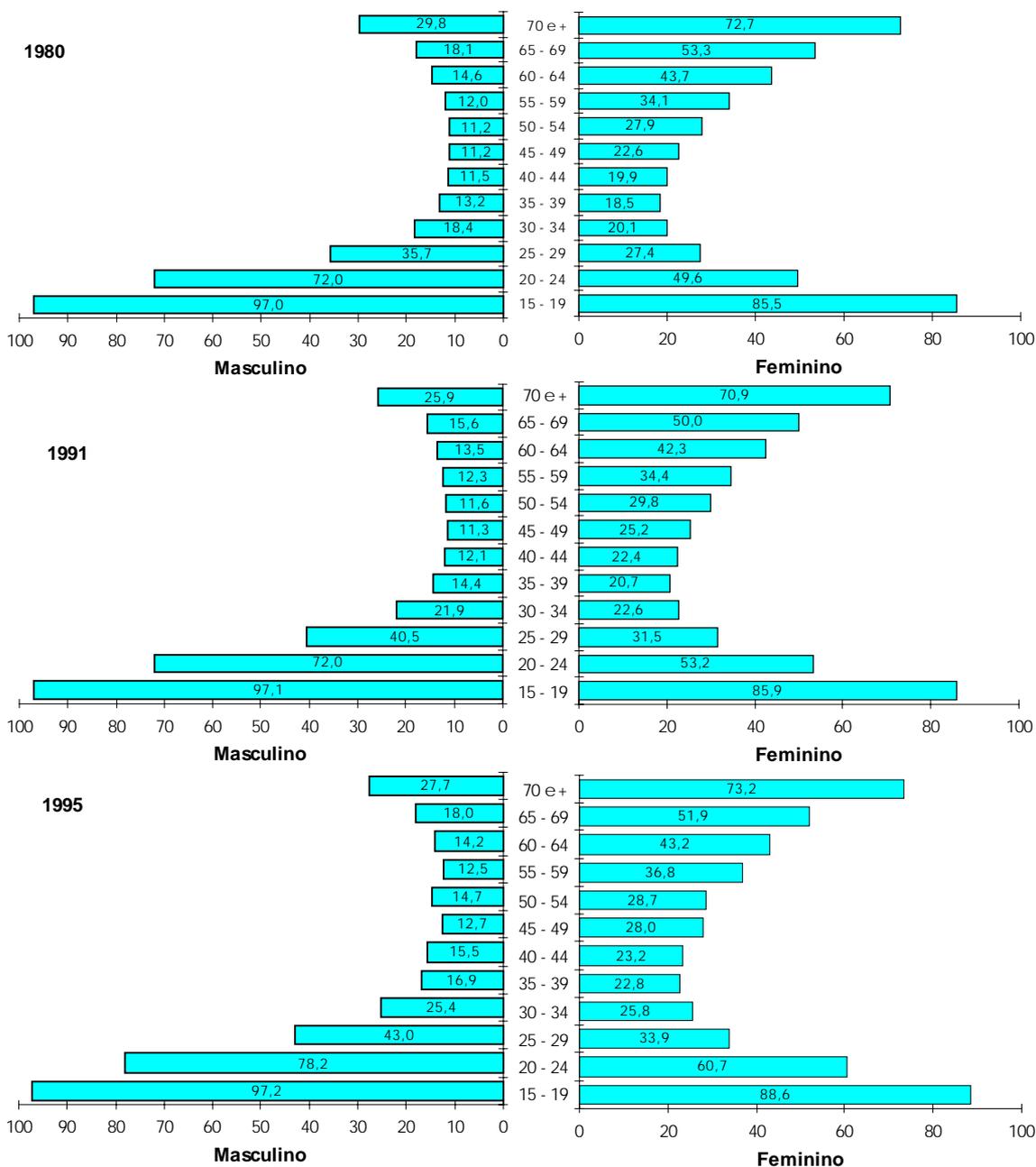


Fonte: Fundação IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1995 – São Paulo.

Nota: Foram somados os casamentos só no civil, com civil e religioso e só religioso com união consensual.

Contudo, o aumento das uniões consensuais não se resume às alterações nas leis. Fatores econômicos, culturais, sociais e demográficos são considerados de suma importância nessa questão. As intempéries econômicas e as alterações culturais ocorridas nas últimas décadas contribuíram para maior liberação sexual e menor preconceito sobre as relações não legais, como também desinibição por parte dos entrevistados em assumir uma relação não oficial.

Gráfico 14
Pirâmide da Solidão
Proporção de Mulheres e de Homens que se Encontravam sem Cônjuge ou Companheiro, por Faixa Etária
Estado de São Paulo
1980-1995



Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1995, Fundação IBGE.

Componente estritamente demográfico, o mercado matrimonial permite verificar o desequilíbrio quantitativo entre os sexos, provocado pela escassez de um sexo em relação ao outro. A informação é obtida através da razão de sexo, que mede o número de homens por 100 mulheres em idade de casar. Nesse sentido, observou-se que no Estado de São Paulo ocorreu uma redução do universo masculino entre 1980 e 1998, passando de 100,63 homens para 97,46 homens para cada 100 mulheres.

Considerada por faixa etária, a situação se torna mais delicada, não só pelo simples fato de que em todas elas houve redução da população masculina, mas também porque é tradição no Brasil as mulheres se unirem a homens em média dois a três anos mais velhos.

Dentro da perspectiva de análise do desequilíbrio numérico entre os sexos esta a pirâmide da solidão (Gráfico 14), que possibilita observar o excedente feminino nas distintas faixas etárias, assim como seu crescimento à medida que estas envelhecem.

Entre 1980 e 1995 nota-se, praticamente em todas as faixas etárias, o crescimento dos declarados sós, para ambos os sexos, tendência já observada em 1991 (Gráfico 14) com os dados do censo e ao que tudo indica esse aumento, principalmente do contingente feminino, deve permanecer nos próximos anos.

Implicações Sociais dos Novos Padrões de Nupcialidade

Nos últimos tempos, observaram-se mudanças nos padrões de nupcialidade, oriundas principalmente do aumento de divorciados, o que implicou a reciclagem do mercado matrimonial.

Verificou-se também um crescimento na pirâmide da solidão para ambos os sexos, mas com mais veemência no contingente feminino, ocorrendo praticamente em todas as faixas etárias.

Essas alterações, como a volta dos divorciados ao mercado matrimonial, o crescimento das uniões consensuais, dentre outras, repercutiram em vários campos da vida social, traduzidos pelo crescimento de novos arranjos matrimoniais. Com o aumento das segundas uniões, há nova dinâmica familiar: a desvinculação do papel do marido e do pai, o pai biológico que não mais corresponde necessariamente ao marido da mãe, os irmãos que podem ter pai ou mãe distintos.

Encontram-se ainda entre os efeitos do divórcio: a redução do tamanho das famílias, pois com o fim de uma união a mulher teoricamente permanece menor tempo em risco de engravidar; e o crescimento do número de pessoas sem parceiros. Vale ressaltar que tanto o aumento dos declarados “sozinhos” quanto a diminuição do tamanho da família não decorrem apenas dos divórcios. As prioridades em outros ramos da vida social, levando ao adiamento do casamento, junto com a dificuldade de encontrar parceiros(as) no mercado matrimonial, resultam em aumento dos sem-cônjuges, destacando-se neste caso o sexo feminino. Por outro lado, o tamanho da família é consequência direta da queda na taxa de fecundidade, observada no Estado de São Paulo desde o início da década de 60.

No campo econômico familiar, há um empobrecimento, a renda é dividida para manter mais de um lar. Muitas mulheres, principalmente as divorciadas, com o intuito de se sustentarem sozinhas ou com a necessidade de aumentar sua renda, pois só a pensão do ex-marido não garante seu “status” anterior e o dos filhos, dirigem-se ao mercado de trabalho. Os homens, por sua vez, com o pagamento da pensão, têm seus rendimentos reduzidos. A depauperização conduz a queda na qualidade de vida dos componentes familiares, que têm que se ajustar a nova realidade econômica; mesmo com os dois agentes da separação exercendo funções remuneradas, os custos aumentam e torna-se mais difícil manter o padrão conquistado anteriormente. Essa situação torna-se mais delicada numa sociedade com dificuldades socioeconômicas.

Dentro da perspectiva da lei, ocorreram nos últimos anos modificações, não só com referência à regulamentação e facilitação do divórcio, mas também através de ampla proteção dos direitos dos unidos não legalmente e de sua prole.

A ascendência da lei sobre as uniões é muito ampla, não se resumindo às citadas. Várias são as leis relevantes na organização social da família brasileira. Entre elas estão as referentes a regulamentação do tipo de união, idade mínima para o casamento legal, legitimação dos filhos nascidos fora de união formal, direitos da pessoa casada, entre outros. A redefinição dos papéis sexuais e as mudanças sociais, contudo, demandam a necessidade de atualizar outras questões da lei referentes às uniões.

A Família Paulista

Composição e Novos Arranjos

No cenário de transformações da sociedade brasileira nos últimos anos, a família desponta como campo privilegiado de mudanças. A vida familiar vem se transformando para praticamente todos os estratos da população. O declínio no arranjo familiar tradicional, o do casal com filhos, e o incremento na maior diversidade de arranjos familiares apontam para transformações importantes na família. As mudanças decorrem tanto de aspectos econômicos, com a elevação da participação da mulher no mercado de trabalho e na geração da renda familiar, quanto de aspectos socioculturais, com a redefinição nos padrões de hierarquia e sociabilidade no interior da família.

No âmbito deste estudo, privilegiaram-se dois aspectos. O primeiro discute a tendência recente da diminuição do tipo tradicional de família, caracterizada pelo chefe “marido-provedor”, e a participação crescente de cônjuges mulheres e chefes mulheres no mercado de trabalho. O segundo aspecto examina a presença de indivíduos com 60 anos e mais nas famílias, explorando algumas de suas características socioeconômicas.

Caracterização das Famílias: Tipo, Tamanho e Composição

A densidade de famílias por domicílio aumentou no período intercensitário, configurando maior número de famílias conviventes em detrimento da redução da ocupação unitária domiciliar, ou seja, a família única¹(Tabela 4). Outro fenômeno marcante tem sido o crescimento de famílias unipessoais (5,5% em 1980; 9,9% em 1998) nas quais, na maioria dos casos, as mulheres são responsáveis (55%).

A análise da evolução das famílias segundo tipos de arranjo familiar (Tabela 5) revela a redução da proporção do tipo tradicional formado por casal com filhos e/ou parentes e o crescimento do número de famílias monoparentais.

Quanto à distribuição espacial das famílias segundo tipo de arranjo familiar, não existem diferenças marcantes. Nota-se, entretanto, ligeira diferença quanto ao arranjo casal com filhos e/ou parentes que é 2% mais elevado no interior (58,0%) em relação à região metropolitana (56,1%). Nesta, por sua vez, as proporções são ligeiramente superiores às das famílias formadas por chefe com filhos e/ou parentes e de pessoas sozinhas, em relação aos percentuais observados no interior (Tabela 5). A maior proporção de arranjos familiares constituídos por chefe sem cônjuge e mesmo de pessoas morando sozinhas expressa, simultaneamente, a proporção elevada de famílias chefiadas por mulheres. Não obstante a pequena diferença percentual, tanto na região metro-

1. Definiu-se *família única* como o domicílio particular habitado por uma única família e *convivente* quando duas, três ou no máximo cinco famílias ocupam um mesmo domicílio particular.

Tabela 4
Famílias Residentes em Domicílios Particulares, segundo Tipo, Número de Componentes, Condição na Família e Classes de Rendimento Nominal Médio Familiar Estado de São Paulo 1980-1997

Tipo de Família	Em porcentagem		
	1980	1991	1997
Total	100,00	100,00	-
Família Única (1)			
Unipessoal	5,50	6,20	-
2 e mais	84,40	82,00	-
Famílias Conviventes (1)	10,10	11,80	-
Número de Componentes	1980	1991	1998
Total	100,00	100,00	100,00
1 Pessoa	5,54	6,21	9,90
2 Pessoas	18,22	20,35	19,70
3 Pessoas	21,08	22,93	23,20
4 Pessoas	21,11	23,63	24,60
5 Pessoas	14,88	15,37	13,40
6 Pessoas e Mais	19,17	11,51	9,20
Relação com o Chefe do Domicílio	1980	1991	1997
Tamanho Médio	4,02	3,65	3,44
Chefes	1,00	1,00	1,00
Cônjuges	0,79	0,75	0,71
Filhos e Enteados	1,95	1,66	1,53
Outros Parentes	0,22	0,20	0,17
Sem Parentesco	0,06	0,04	0,02

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos 1980, 1991 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1997. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 98.

(1) Classificou-se a Família Única quando o Domicílio Particular fosse habitado por uma única família; Convivente quando duas, três ou no máximo cinco famílias ocupassem o mesmo Domicílio Particular.

Tabela 5
Distribuição das Famílias, segundo Sexo do Chefe e Tipo de Família Estado de São Paulo, RMSP e Interior 1998

Sexo do Chefe e Tipos de Família	Em porcentagem		
	Estado de São Paulo	RMSP	Interior
Total	100,0	100,0	100,0
Casal sem Filhos e/ou Parentes	13,9	13,5	14,6
Casal com Filhos e/ou Parentes	56,8	56,1	58,0
Chefe com Filhos e/ou Parentes	14,8	15,2	14,1
Chefe e Parentes	4,6	4,8	4,2
Pessoa Sozinha	9,9	10,4	9,1
Homem	100,0	100,0	100,0
Casal sem Filhos e/ou Parentes	17,6	17,2	18,1
Casal com Filhos e/ou Parentes	72,3	72,0	72,8
Chefe com Filhos e/ou Parentes	2,1	2,1	2,0
Chefe e Parentes	2,8	3,3	2,0
Pessoa Sozinha	5,2	5,3	5,1
Mulher	100,0	100,0	100,0
Casal sem Filhos e/ou Parentes
Casal com Filhos e/ou Parentes	3,0	...	4,0
Chefe com Filhos e/ou Parentes	58,8	59,3	58,0
Chefe e Parentes	10,9	9,9	12,5
Pessoa Sozinha	26,2	27,5	24,0

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

politana (22,9%) quanto no interior (21,6%), mais de um quinto das famílias eram chefiadas por mulheres em 1998.

A transição demográfica e as mudanças econômicas, sociais e culturais têm se refletido nas estruturas e nos arranjos familiares. Em São Paulo, entre 1980 e 1997, por efeito principalmente da queda de fecundidade, o número médio de pessoas por família caiu de 4,0 para 3,4 pessoas. Vêm desaparecendo os arranjos familiares extensos (Tabela 4). As famílias com mais de seis pessoas, que eram 19,2% em 1980, passam para apenas 9,2% em 1998. Em contraposição, cresceram os arranjos de duas, três e quatro pessoas.

Ao se analisar a composição da família segundo a relação de seus membros com a chefia domiciliar (Tabela 4), pode-se inferir, com reservas,² a presença cada vez menor de cônjuges por família, chegando a 0,71 em 1997, o que indica a existência crescente de famílias monoparentais e um número médio de 1,5 filhos por família, também em declínio. Os demais componentes mostram-se, da mesma forma, em redução.

Declínio do Arranjo Tradicional do Chefe Provedor

Outro aspecto que tem marcado a dinâmica da composição familiar no presente é a acentuada diminuição do tipo tradicional de família caracterizada pelo chefe “marido-provedor”. Movidas pela necessidade de complementação ou mesmo provimento de renda na família e pelo anseio de desempenhar novos papéis na sociedade, em número crescente as mulheres, jovens e adultas, solteiras e casadas, têm procurado se inserir no mercado de trabalho metropolitano, relativizando a primazia do homem como chefe provedor.

De fato, no curto espaço de oito anos, entre 1990 e 1998, diminuiu de 40% para 25% a proporção de famílias típicas de chefe homem provedor, isto é, de casais, com ou sem filhos e parentes, em que apenas o marido participa do mercado de trabalho (Tabela 6). Em contrapartida, as famílias com provimento da renda compartilhado pelo marido e esposa passaram a representar cerca de um terço dos arranjos familiares na região metropolitana, cifra 8% maior que a identificada em 1990, que era de 25,2%. Com isso, as famílias com chefe e cônjuge inseridos no mercado de trabalho passaram a constituir o arranjo de maior importância relativa na região, desbancando a posição então ocupada pelos arranjos tradicionais. Aliás, o arranjo familiar do tipo “chefe provedor” chega a ser, inclusive, menos numeroso que os arranjos monoparentais, chefiados por homens ou mulheres em 1998. Seja como consequência da elevação do número de dissoluções de casamentos, da viuvez crescente ocasionada pelo aumento da esperança de vida das mulheres e do aumento da incidência de pessoas que vivem sós, os arranjos monoparentais passaram a representar 31% do total de famílias na RMSP em 1998, parcela significativamente maior que os 24% levantados em 1990.

Inserção Familiar dos Indivíduos com 60 Anos e Mais

Acompanhando a elevação da participação dos indivíduos com mais de 60 anos no conjunto da população, nota-se também o aumento da proporção de famílias com idosos. Em 1994, 22,4% das famílias do Estado de São Paulo tinham idosos, passando para 24,7% em 1998. Esse comportamento foi observado tanto na RMSP como no interior, notando-se, contudo, que neste a variação foi mais elevada, com 23,7% e 26,5%, em 1994 e 1998, respectivamente (Tabela 7).

No conjunto da população em idade ativa no Estado de São Paulo, constata-se variação da ordem de 2% da proporção dos indivíduos na situação de aposentados ou pensionistas: 11,3%

2. A inclusão de famílias unipessoais enviesa esta análise reduzindo o número de cônjuge/família.

Tabela 6
Distribuição das Famílias, segundo Tipo e Condição de Atividade do Chefe e Cônjuge
Região Metropolitana de São Paulo
1990-1998

Tipo Arranjo Familiar e Condição de Atividade	Em porcentagem		
	1990	1994	1998
Total	100,0	100,0	100,0
Casais	75,6	72,1	68,8
Com apenas marido ativo	40,2	31,4	24,7
Com marido e esposa ativos	25,2	31,2	32,9
Com apenas esposa ativa	2,0	2,0	2,6
Com marido e esposa inativos	8,2	7,5	8,6
Família monoparental com chefia feminina	18,5	20,3	22,4
Com chefe ativa	10,6	12,2	12,9
Com chefe inativa	7,9	8,1	9,5
Família monoparental com chefia masculina	5,9	7,6	8,8
Com chefe ativo	4,1	6,3	7,3
Com chefe inativo	1,8	1,3	1,5

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV 98.

Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a um erro amostral relativo superior a 30%.

Tabela 7
Distribuição das Famílias, segundo a Presença de Idosos
Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo e Interior
1994-1998

Presença de Idosos	Em porcentagem					
	1994			1998		
	Estado de São Paulo	RMSP	Interior	Estado de São Paulo	RMSP	Interior
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem Idosos	77,6	78,2	76,3	75,3	76,1	73,5
Com Idosos (1)	22,4	21,8	23,7	24,7	23,9	26,5

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida - PCV.

(1) Foram considerados idosos os indivíduos com mais de 59 anos.

em 1994 e 13,2% em 1998. Em certa medida, esta variação decorreria do temor das mudanças no sistema de aposentadoria antevistas nas discussões em curso da reforma previdenciária, levando parcela da população a pedir sua aposentadoria.

As proporções dos indivíduos com mais de 60 anos na situação de aposentados ou pensionistas, porém, mantiveram-se no período, não obstante alteradas em números absolutos em face da própria elevação do segmento no conjunto da população. No Estado de São Paulo, representavam 69,2% em 1994 e 69,5% em 1998³ (Tabela 8).

De um lado, diminuem as proporções dos que, em 1994, tinham como fonte de rendimento exclusiva o trabalho ou a aposentadoria. Na primeira situação, a proporção passou de 10,1% para 7,6% no Estado de São Paulo. Tendência semelhante foi identificada nas duas regiões consideradas, sendo porém de menor intensidade no interior. Na situação de apenas aposentados ou pensionistas encontravam-se 59,8% dos indivíduos com mais de 60 anos do Estado de São Paulo em 1994, passando para 57,5% em 1998. Na RMSP, a variação foi mais acentuada, com uma

3. Estes percentuais somam os indivíduos em situação de aposentados ou pensionistas e aqueles que combinam essa situação e trabalho.

Tabela 8
Distribuição dos Indivíduos com 60 Anos e Mais, por Sexo,
segundo Tipo de Rendimentos
Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo e Interior
1994-1998

Tipo de Rendimentos (1)	Em porcentagem					
	1994			1998		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Estado de São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem Rendimentos	19,6	(5,0)	30,7	22,0	6,9	32,8
Apenas Renda do Trabalho	10,1	16,1	5,4	7,6	12,0	4,4
Apenas Aposentadoria ou Pensões	59,8	60,8	59,1	57,5	60,2	55,5
Trabalho e Aposentadoria ou Pensões	9,4	16,8	(3,9)	12,0	19,7	6,5
Outros
RMSP	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem Rendimentos	18,9	...	29,3	22,6	(7,3)	33,0
Apenas Renda do Trabalho	10,8	17,4	(5,9)	7,7	11,8	(4,9)
Apenas Aposentadoria ou Pensões	59,2	58,3	59,9	55,6	58,2	53,9
Trabalho e Aposentadoria ou Pensões	9,8	17,6	...	13,6	22,1	7,7
Outros
Interior	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem Rendimentos	20,7	...	33,3	21,1	...	32,5
Apenas Renda do Trabalho	8,6	(13,8)	...	7,3	(12,3)	...
Apenas Aposentadoria ou Pensões	61,0	65,5	57,6	60,9	63,7	58,7
Trabalho e Aposentadoria ou Pensões	8,8	(15,3)	...	9,2	15,8	...
Outros

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

(1) Foram considerados apenas os seguintes rendimentos individuais: salários, retiradas mensais de autônomos, pensões e aposentadorias da previdência pública ou privada, auxílios-saúde, acidente de trabalho, maternidade e rendas de trabalho ocasionais, seguro-desemprego e valores de bolsas de estudos recebidos por desempregados e inativos.

diferença de cerca de 4%, enquanto no interior as proporções mantiveram-se equivalentes.

De outro lado, eleva-se a proporção dos indivíduos que combinavam trabalho e aposentadoria ou pensão como fonte de rendimento. No Estado de São Paulo, correspondiam a 9,4% em 1994, passando para 12,0% em 1998, comportamento que reflete mais diretamente a variação observada na RMSP, pois no interior foi menos acentuada.

Portanto, esses dados estariam mostrando a tendência à ampliação da proporção dos indivíduos com 60 anos e mais que dispõem de duas fontes de rendimento: além do trabalho, a aposentadoria ou pensão, pois, como visto, essa elevação foi acompanhada da redução da proporção dos indivíduos que se encontravam na situação de apenas trabalho ou apenas aposentadoria ou pensão.

Repercussões do Modelo Atual de Família

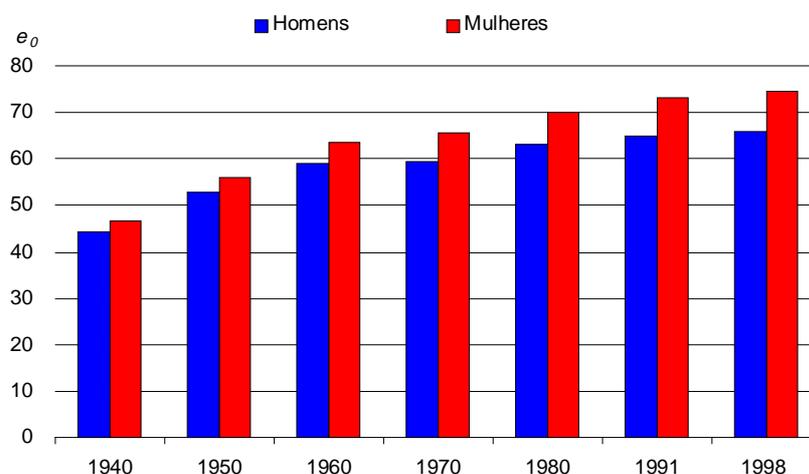
A crescente liderança doméstica feminina, em idade produtiva, majoritariamente entre as divorciadas e viúvas, a redução do tamanho médio da família, o crescimento de arranjos unipessoais, sobremaneira entre as mulheres, o crescimento das famílias monoparentais em detrimento da redução do tipo tradicional formado por casal e filhos conformam as grandes mudanças na estrutura familiar de hoje. O quadro traz implicações como o aumento da oferta da mão-de-obra

feminina e a conseqüente pressão no mercado de trabalho, a necessidade de aumento dos serviços extradomiciliares (creches, asilos, escolas de período integral), maior oferta de oportunidades de formação, qualificação e inserção profissional para as mulheres, entre outras.

A Sobrevivência do Cidadão Paulista

Desde os anos 40, a mortalidade diminuiu acentuadamente no Brasil e em São Paulo. No início da década de 40, os paulistas viviam em média 45 anos; em 1970, 63 anos e, em 1998, 70 anos (Gráfico 15). Isso ocorreu, principalmente, devido à expansão das redes de água e esgoto, melhoria das condições de vida, de habitação, alimentação, tratamentos preventivos, vacinas e utilização dos novos recursos médicos e tecnológicos. Nos últimos 20 anos, as taxas brutas de mortalidade tiveram poucas alterações e a esperança de vida aumentou apenas três anos, mas em termos de grupos etários e da distribuição das causas ocorreram mudanças importantes, positivas e negativas. Houve redução percentual das causas infecciosas e parasitárias, ainda que no período a Aids adquirisse grande importância, provocando, somente em 1995, cerca de 7,7 mil mortes em São Paulo. Por outro lado, as doenças diarreicas e o sarampo diminuíram e com isso os percentuais desse grupo reduziram-se de 8,8% em 1980 para 5,5% em 1998. As doenças do aparelho circulatório e as causas perinatais também diminuíram, mas as primeiras permanecem como as principais, com 35,5% dos óbitos em 1980 e 33,0% em 1998 (Gráficos 16 e 17).

Gráfico 15
Esperança de Vida ao Nascer (e_0), por Sexo
Estado de São Paulo
1940-1998

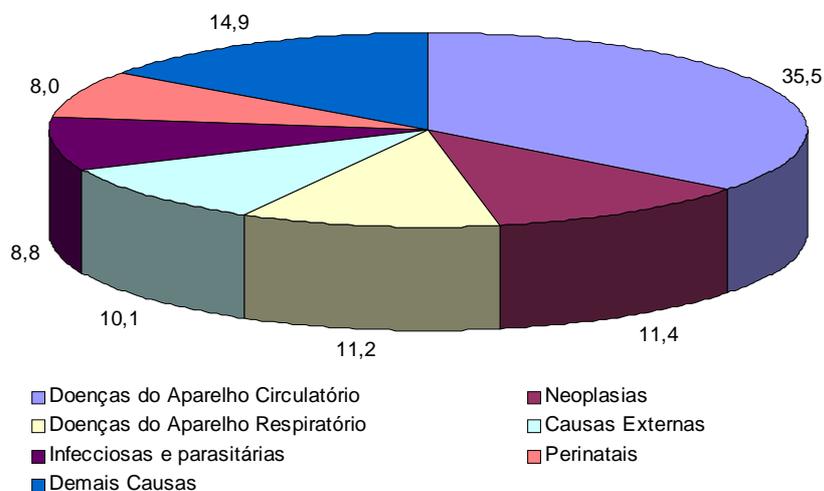


Fonte: Fundação Seade. Sistema de Estatísticas Vitais.

Atualmente as neoplasias e as causas violentas aparecem como segunda e terceira causas de morte em São Paulo e muito próximas entre si, com respectivamente 15,4% e 14,7% do total. Em 1980, o percentual das neoplasias era de 11,4% e alguns tipos, como os do estômago e esôfago, vêm diminuindo nos últimos anos, enquanto o oposto ocorre com as do pulmão, mama e próstata. O percentual das causas externas era de 10,1% em 1980 e tem os acidentes de transporte e os homicídios como as principais.

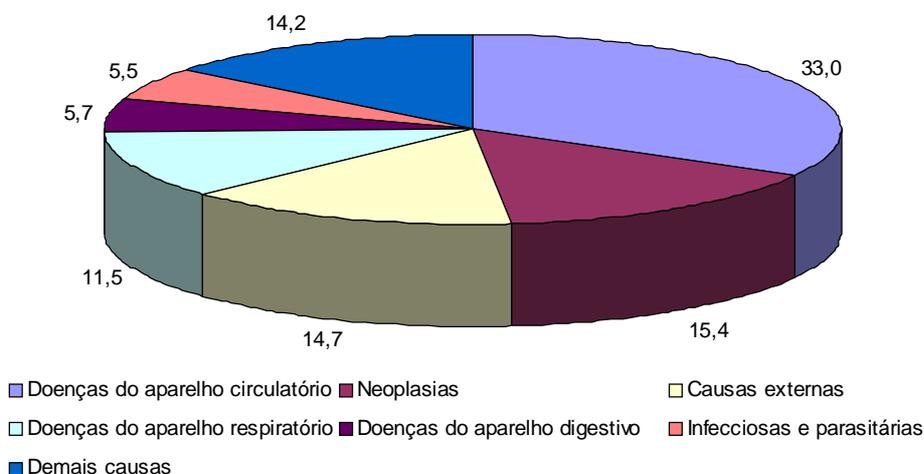
Os acidentes de transporte aumentaram em alguns períodos, mas foram os homicídios que se elevaram mais, passando de cerca de 3 mil óbitos em 1980 para quase 14 mil óbitos em 1998. Com isso, as taxas passam de 12 por cem mil para 40 por cem mil, atingindo principalmente a

Gráfico 16
Principais Causas de Morte (%)
Estado de São Paulo
1980



Fonte: Fundação Seade; Sistema de Estatísticas Vitais.

Gráfico 17
Principais Causas de Morte (%)
Estado de São Paulo
1998



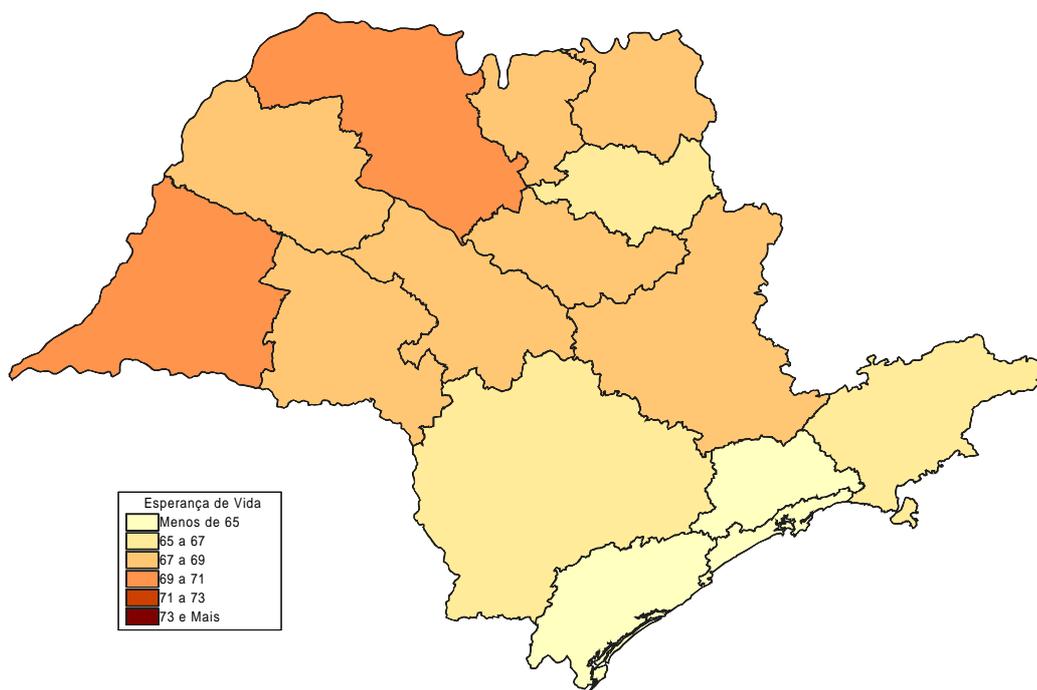
Fonte: Fundação Seade; Sistema de Estatísticas Vitais.

população masculina jovem. As doenças do aparelho digestivo e do aparelho respiratório aparecem como outras causas importantes.

Esses grupos de causas são responsáveis por cerca de 86% das mortes ocorridas no Estado de São Paulo, mas sua incidência e níveis são heterogêneos nas suas regiões, refletindo-se nos vários indicadores como, por exemplo, a esperança de vida ao nascer.

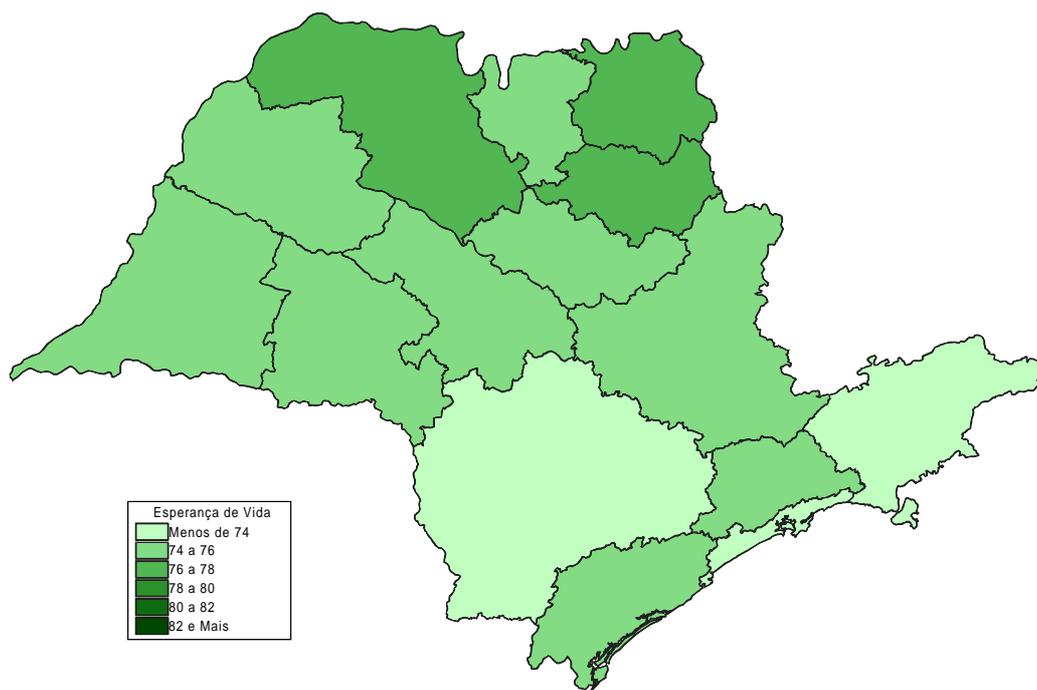
Em 1998, as menores esperanças de vida ao nascer correspondiam às regiões administrativas de Santos com 62 anos e Registro com 64 anos, enquanto as maiores estavam em São José do Rio Preto e Presidente Prudente, com cerca de 69 anos (Mapa 9). Quanto às mulheres, as menores esperanças de vida estavam ao redor de 74 anos para essas mesmas regiões e as maiores em Ribeirão Preto, Franca e São José do Rio Preto, com 76 anos (Mapa 10). Os diferenciais existen-

Mapa 9
Esperança de Vida ao Nascer – População Masculina
Regiões Administrativas
1998



Fonte: Fundação Seade; Sistema de Estatísticas Vitais.

Mapa 10
Esperança de Vida ao Nascer – População Feminina
Regiões Administrativas
1998



Fonte: Fundação Seade; Sistema de Estatísticas Vitais.

tes entre as populações masculina e feminina e também entre as regiões ainda são consideráveis e, seguindo a tendência histórica recente, se manteriam importantes nos próximos anos. As projeções elaboradas para 2020 apontam que as regiões de Santos e de Sorocaba permaneceriam como as de menor esperança de vida, com cerca de 70,5 anos para os homens, enquanto para as mulheres seria de 79 anos nessas mesmas áreas. Já as maiores estariam em Araçatuba e Presidente Prudente, com 75 anos para os homens e de 83,5 anos para as mulheres.

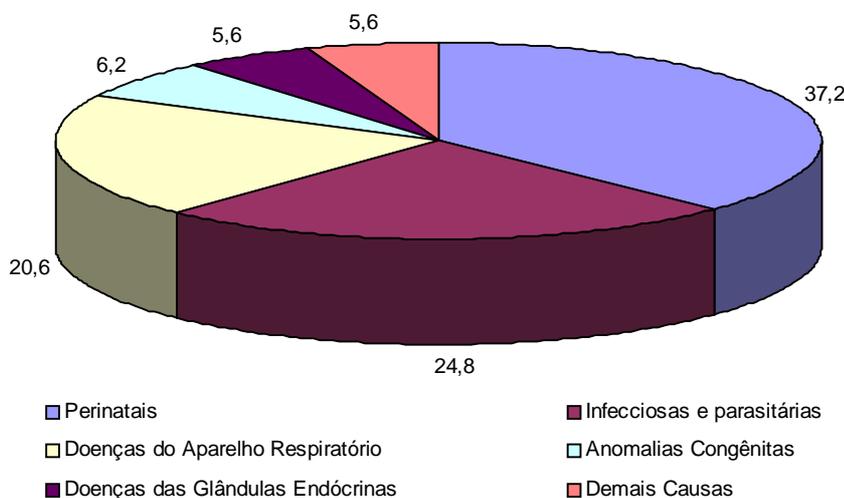
Para que essa tendência seja alterada e as esperanças de vida ao nascer aumentem, as taxas de mortalidade por idade e causas de morte teriam de ser reduzidas consideravelmente em todas as faixas etárias. Destacamos, a seguir, duas dessas faixas: a infantil, ainda relativamente elevada, e a dos jovens e adultos de 15 a 39 anos, cujos coeficientes de mortalidade elevaram-se de forma considerável nos últimos anos.

Mortalidade Infantil

Desde 1980, a mortalidade infantil diminuiu de 51,2 óbitos por mil nascidos vivos no Estado para 18,7 em 1998, devido em grande parte ao controle das doenças infecciosas e das respiratórias. As taxas de mortalidade diminuíram em cerca de 90% e 82% respectivamente, enquanto as perinatais reduziram-se em cerca de 40% (Gráficos 18 e 19). Com isso, sua participação no total de óbitos passou de 37,2% em 1980 para 60,1% em 1998, aparecendo a seguir as anomalias congênicas com 14,7% em 1998 (6,2% em 1980). As infecciosas e parasitárias diminuíram de 24,8% para 6,6% e as doenças do aparelho respiratório, de 20,6% para 9,7%. Atualmente, 68% dos óbitos infantis ocorrem no período neonatal e neste 78% ocorrem entre 0 e 6 dias.

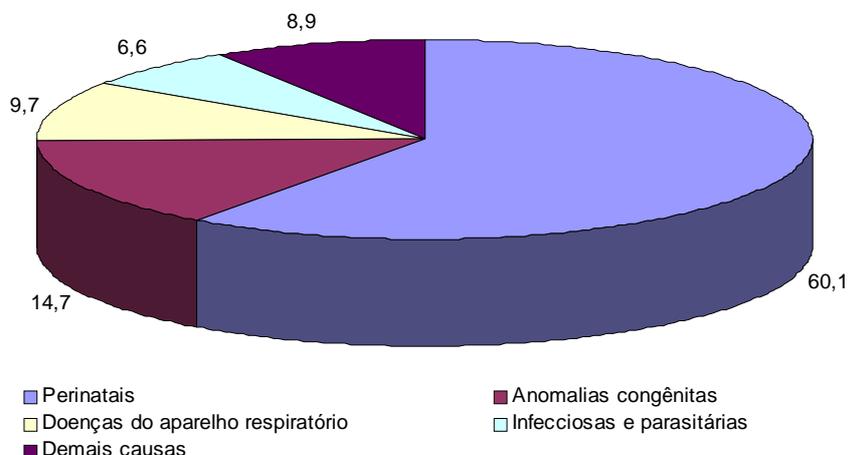
Reduzir ainda mais esses coeficientes é um dos desafios dos próximos anos, pois eles ainda são elevados quando comparados com os dos países desenvolvidos; em alguns destes estão, abaixo de seis óbitos por mil nascidos vivos. Isto certamente ocorrerá, sobretudo com medidas voltadas a “prevenção, diagnóstico e tratamento médico precoce”, que permitiriam reduzir a taxa a cerca de sete por mil, comparável às taxas registradas atualmente na Espanha e na França.

Gráfico 18
Principais Causas de Morte (%) - População Menor de 1 Ano
Estado de São Paulo
1980



Fonte: Fundação Seade; Sistema de Estatísticas Vitais.

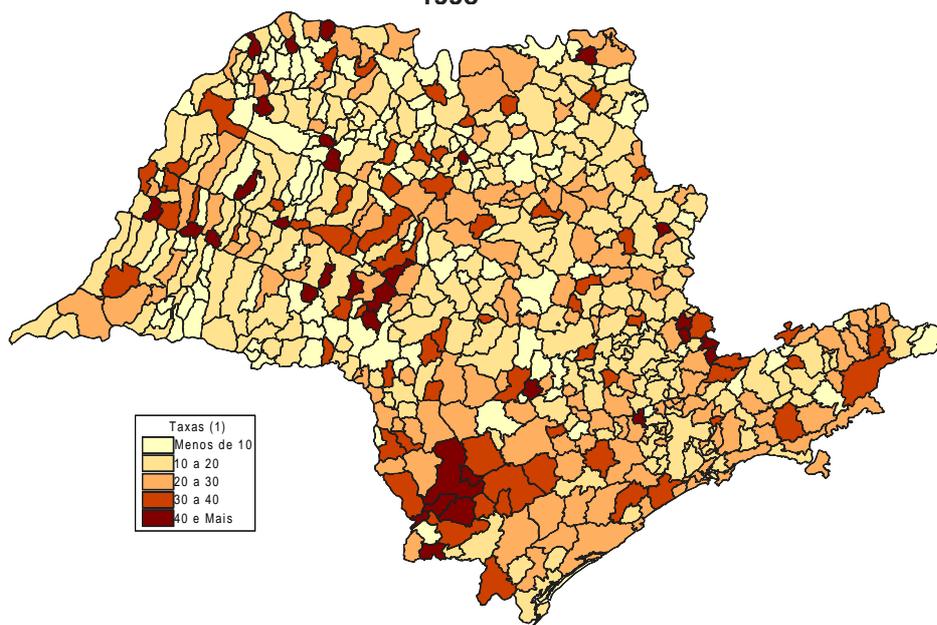
Gráfico 19
Principais Causas de Morte (%) - População Menor de 1 Ano
Estado de São Paulo
1998



Fonte: Fundação Seade; Sistema de Estatísticas Vitais.

Outro desafio importante é diminuir os diferenciais municipais. Enquanto em muitos deles o coeficiente já se aproximava de dez por mil, em outros, principalmente do Sul do Estado – regiões de Itapeva e Registro – estão próximos ou acima de 40 por mil. Nestas áreas, as causas perinatais aparecem como as principais, mas em níveis muito superiores. Outras medidas como saneamento básico, alimentação, vacinação, tratamento preventivo, etc., que tiveram importante papel na redução da mortalidade infantil, também têm que ser mantidas nos próximos anos para não haver retrocessos, no sentido de que doenças praticamente eliminadas voltem a ter importância nos próximos anos (Mapa 11).

Mapa 11
Taxa de Mortalidade Infantil
Municípios do Estado de São Paulo
1998



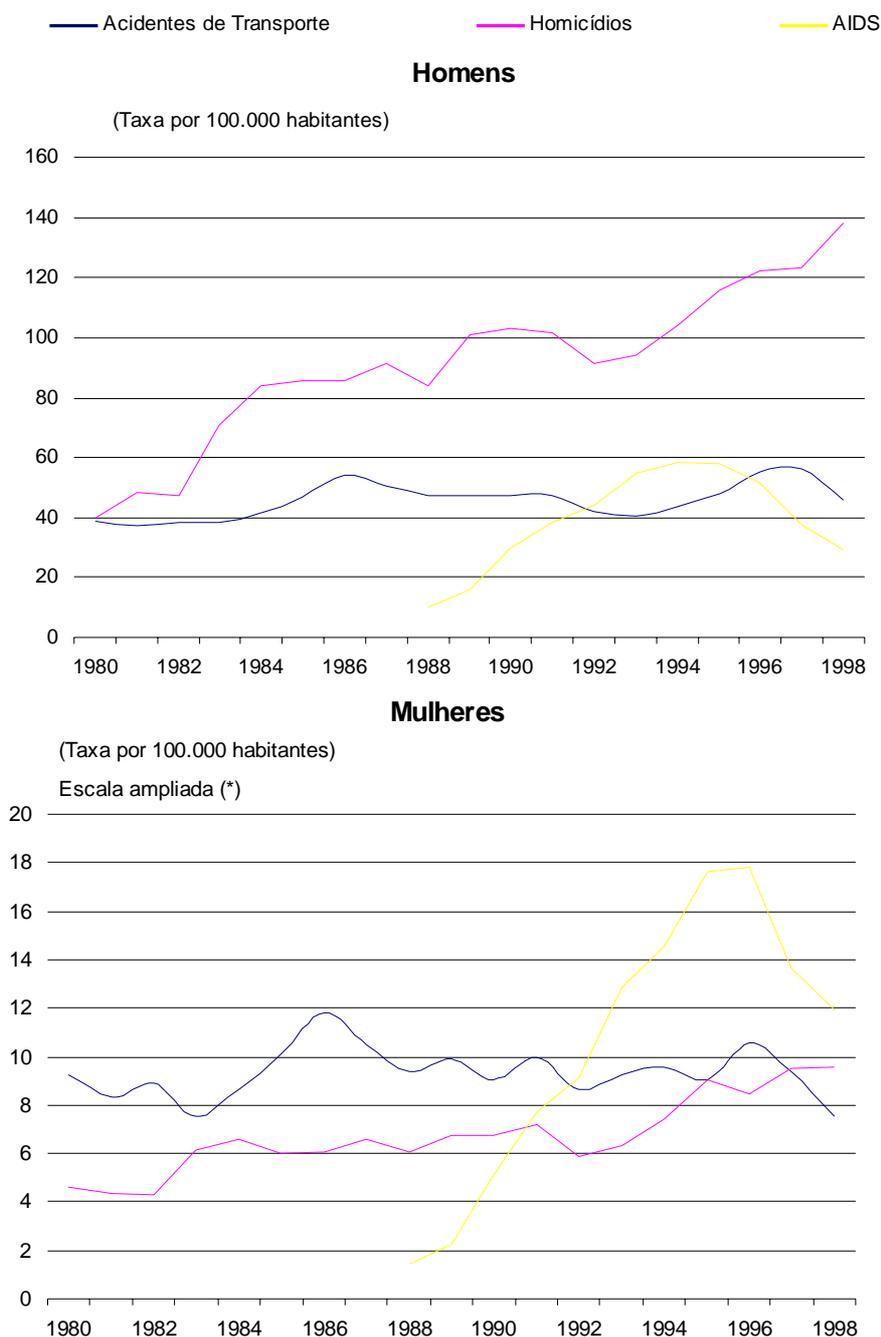
Fonte: Fundação Seade; Sistema de Estatísticas Vitais.
 (1) Por 1.000 nascidos vivos.

Mortalidade da População Jovem e Adulta – 15 a 39 Anos

O aumento das taxas de mortalidade desta população mostra-se preocupante, tendo passado de 190 para 240 por cem mil entre 1980 e 1998. Entre os homens, salta de 267 para 378 por cem mil no mesmo período. As maiores taxas encontram-se na área que se estende desde o Vale do Ribeira até o Vale do Paraíba, onde superam 240 óbitos por cem mil pessoas. Em vários municípios das regiões de Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto, o mesmo fato se repete e, a exemplo das áreas anteriores, associam-se em grande parte à ocorrência de Aids e principalmente de causas violentas, como homicídios e acidentes de transporte (Gráfico 20).

Gráfico 20

Taxa de Mortalidade por Aids do Grupo de 15 a 39 Anos, segundo sexo (1) Estado de São Paulo 1988-1998



Fonte: Fundação Seade; Sistema de Estatísticas Vitais. (*) Escala ampliada para melhor visualização das taxas de mortalidade femininas

Acidentes de Transporte

No início dos anos 80, constituíam a principal causa de morte de jovens e adultos de São Paulo, sendo depois ultrapassados pelos homicídios. Em 1998, essas taxas diminuíram no Estado, mas ainda são elevadas quando comparadas internacionalmente, sendo cerca de duas vezes maiores que as de países como os Estados Unidos e a França. São mais elevadas entre os homens, com 46 óbitos por cem mil habitantes em 1998 no Estado, cerca de seis vezes superior às das mulheres e em determinadas regiões do Estado. Em Registro, alcançaram 61 óbitos por cem mil habitantes nesse ano e nas regiões de São José dos Campos, Taubaté, Rio Claro, Marília e Fernandópolis estavam entre 35 e 45 por cem mil (Mapa 12).

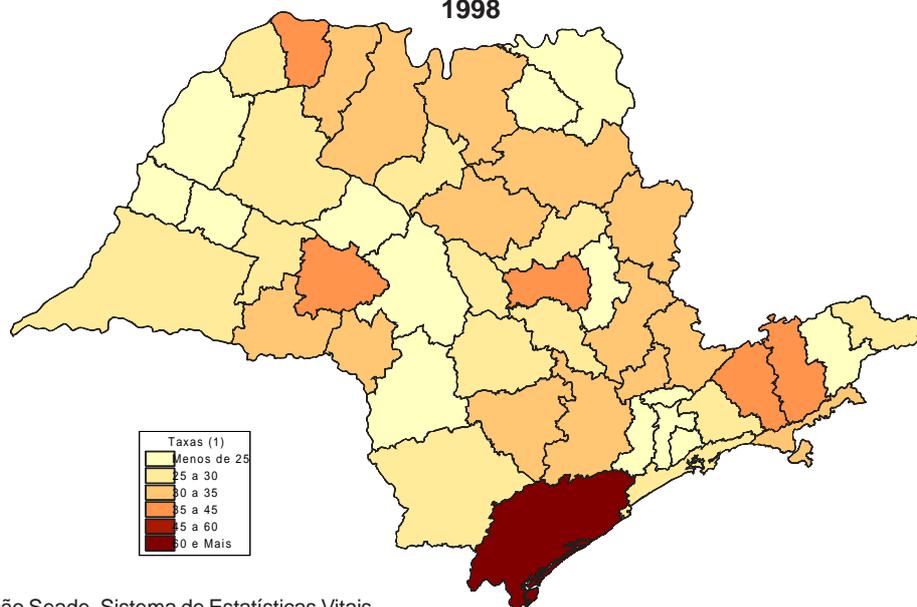
Homicídios

Os homicídios têm sido os principais responsáveis pelo aumento da mortalidade desta população nos últimos anos. A taxa aproximava-se de 26 por cem mil em 1980 e em 1998 alcançou 73 por cem mil. As taxas são mais elevadas entre os homens, para os quais passam de 40 por cem mil em 1980 a 138 por cem mil em 1998, cerca de 14 vezes superior ao observado entre as mulheres. Nas regiões Metropolitana, de Santos e de São José dos Campos, os coeficientes estavam entre 95 e 110 óbitos por cem mil para ambos os sexos, seguindo-se depois as regiões de Caraguatatuba e Campinas, com 65 a 68 óbitos por cem mil habitantes (Mapa 13).

Aids

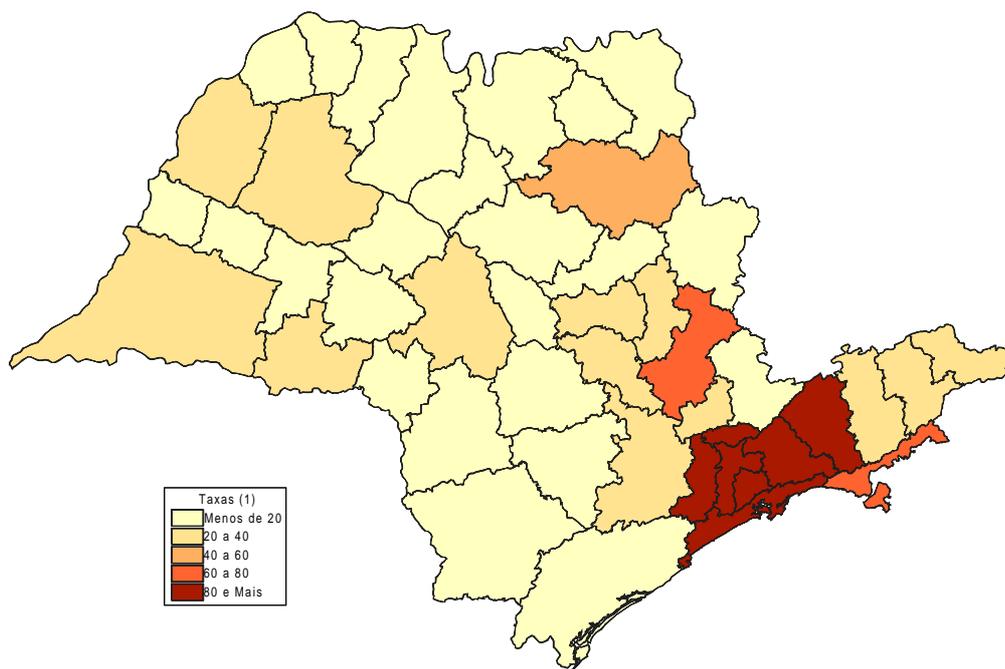
A tendência da mortalidade por Aids ainda é preocupante, mas com um panorama otimista para o futuro. As taxas aumentaram consideravelmente no Estado até 1994, passando de 10 para 58 óbitos por cem mil entre os homens, mas em 1998 diminuíram para 29 óbitos por cem mil. Entre as mulheres, passaram de 1,5 a 17,8 por cem mil de 1988 a 1996 e em 1998 diminuíram para 12 por cem mil. As Regiões de Governo com maiores índices de mortalidade para a população de ambos os sexos – acima de 32 por cem mil – encontram-se em duas áreas: uma engloba as regiões de Santos, Caraguatatuba, Taubaté e São José dos Campos e a outra as de Barretos, Catanduva e São José do Rio Preto (Mapa 14).

Mapa 12
Taxa de Mortalidade por Acidente de Transporte – População de 15 a 39 Anos
Regiões de Governo
1998



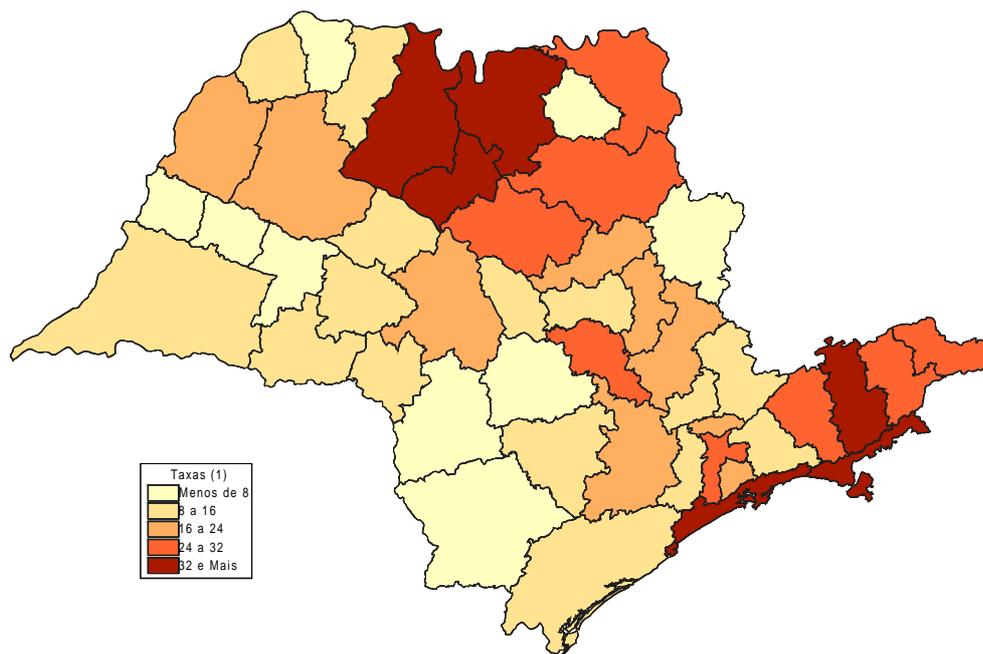
Fonte: Fundação Seade. Sistema de Estatísticas Vitais.
(1) Por 100.000 habitantes.

Mapa 13
Taxa de Mortalidade por Homicídios – População de 15 a 39 Anos
Regiões de Governo
1998



Fonte: Fundação Seade; Sistema de Estatísticas Vitais.
 (1) Por 100.000 habitantes.

Mapa 14
Taxa de Mortalidade por Aids-População de 15 a 39 Anos
Regiões de Governo
1998



Fonte: Fundação Seade; Sistema de Estatísticas Vitais.
 (1) Por 100.000 habitantes.

O panorama futuro em relação a todas essas causas é incerto, dados os fatores que as cercam. No caso da Aids, os programas de prevenção e os avanços da medicina devem reduzir o número de óbitos. Em relação aos acidentes de transporte, medidas como a melhoria das vias e dos veículos, da sinalização, restrição ao álcool e o aprimoramento da legislação de trânsito devem ter efeitos positivos. Quanto aos homicídios, o panorama é mais complexo, pois vários fatores econômicos, sociais, tráfico de drogas, alcoolismo, impunidade, corrupção, disponibilidade de recursos e equipamentos, etc. associam-se à sua ocorrência. Assim, sua diminuição dependeria em grande parte da superação desses problemas.

Conseqüências Sociais do Processo de Envelhecimento Populacional

Desde a década de 50, a maioria dos idosos vive em países do Terceiro Mundo, fato ainda não apreciado por muitos que continuam associando velhice com os países desenvolvidos da Europa ou da América do Norte. Na América Latina, entre 1980 e o ano 2000 pode-se constatar que a população acima dos 60 anos sofreu um aumento que corresponde a praticamente o dobro da população como um todo (*United Nation*).

No Brasil, o aumento da população idosa será da ordem de 15 vezes, entre 1950 e 2025, enquanto o da população como um todo será de não mais que cinco vezes no mesmo período. Esse aumento colocará o Brasil, no ano 2025, como a sexta população idosa do mundo em termos absolutos (Kalache e Gray).

Para que a população envelheça, é necessário que o número de nascimentos diminua e simultaneamente as pessoas sobrevivam até idades avançadas. O progressivo declínio nas taxas de fecundidade e mortalidade promove a base demográfica para o envelhecimento da população.

Enquanto nos países desenvolvidos todo o processo vem acompanhado da elevação do nível de vida da população, traduzido pela urbanização adequada das cidades, melhoria nutricional, elevação dos níveis de higiene pessoal, melhores condições sanitárias em geral e, particularmente, condições ambientais no trabalho e nas residências, nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos isso não ocorre.

As características principais do processo de envelhecimento experimentado pelos países do Terceiro Mundo são, de um lado, o fato de ele estar ocorrendo sem que tenha havido real melhoria das condições de vida de grande parcela dessas populações; de outro, a rapidez com que esse envelhecimento vem se processando.

A passagem de uma situação de alta mortalidade e alta fecundidade para outra baixa mortalidade e gradualmente baixa fecundidade, como a que se observa atualmente no Brasil, traduz-se na elevação da expectativa de vida média da população e no aumento, em termos absolutos e proporcionais, do número de pessoas atingindo idades avançadas.

No Estado de São Paulo, é a partir do ano 2000 que o envelhecimento populacional ocorrerá de forma mais rápida, estando a taxa de fecundidade total próxima de 2,3 filhos por mulher e a esperança de vida superando os 70 anos. A estimativa é que em 2020 os idosos serão mais de 8 milhões, representando 18% da população total.

Os números mostram a necessidade de o Estado de São Paulo se preparar para ter uma população envelhecida, com suas transformações e conseqüências sociais.

Na Tabela 9, é possível observar que o grupo etário formado pelas pessoas com menos de 15 anos vem diminuindo sua participação percentual na população total. Enquanto em 1970 ele representava aproximadamente 37% da população para ambos os sexos, para 2020 a previsão é de que eles passem a representar 21,4% (homens) e 19,6% (mulheres); por outro lado, as duas

outras faixas etárias crescem no mesmo período. O grupo formado pelas pessoas entre 15 e 59 anos cresceu 8% e aquele das pessoas com 60 anos e mais praticamente triplicou sua participação no mesmo período.

Tabela 9
Distribuição Percentual da População, segundo Alguns Grupos Etários, por Sexo
Estado de São Paulo
1970-2020

Anos	Masculina			
	Total	00-14	15-59	60 e+
1970	100,0	37,1	57,3	5,6
1980	100,0	34,1	60,1	5,8
1990	100,0	31,8	61,4	6,9
2000	100,0	27,6	64,5	7,9
2020	100,0	21,4	62,8	15,8

Anos	Feminina			
	Total	00-14	15-59	60 e+
1970	100,0	36,7	57,3	6,0
1980	100,0	33,3	60,0	6,7
1990	100,0	30,3	61,5	8,2
2000	100,0	25,9	64,7	9,5
2020	100,0	19,6	60,8	19,7

Fonte: Fundação Seade. Sistema de Projeções Populacionais. Fundação IBGE. Censos Demográficos.

Em 2020, as mulheres idosas serão 20% da população feminina total, enquanto os homens idosos serão 16%. O fato de a proporção de mulheres com 60 anos e mais ser maior que a de homens, deve-se principalmente às altas taxas de mortalidade por causa externas – acidentes, homicídios – dos jovens do sexo masculino.

A proporção de idosos prevista para 2020 é ligeiramente inferior à encontrada nos países desenvolvidos, cuja média estará em torno de 25%. Na prática, porém, coloca para o Estado de São Paulo os mesmos problemas que hoje são enfrentados por aqueles países. A principal característica do crescimento da população idosa em São Paulo é, sem dúvida, a rapidez com que ela se dará de hoje até meados do século XXI.

Mapa do Envelhecimento

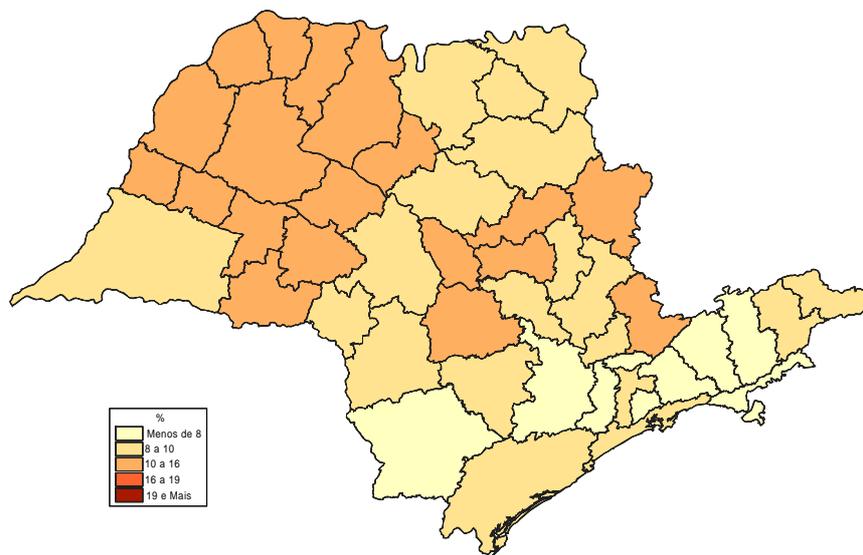
Os mapas a seguir apresentam a proporção de idosos em 1998 e a estimativa para 2020 segundo as Regiões de Governo do Estado de São Paulo. Nota-se que para todas as regiões existe aumento na proporção de idosos, sendo que em 2020 nenhuma região terá proporção inferior a 10%. Pode-se observar que as regiões mais envelhecidas são aquelas localizadas a noroeste, a de São João da Boa Vista e o Município de São Paulo, enquanto que as que têm menor proporção de idosos estão concentradas ao sul do estado.

Novas Razões de Dependência

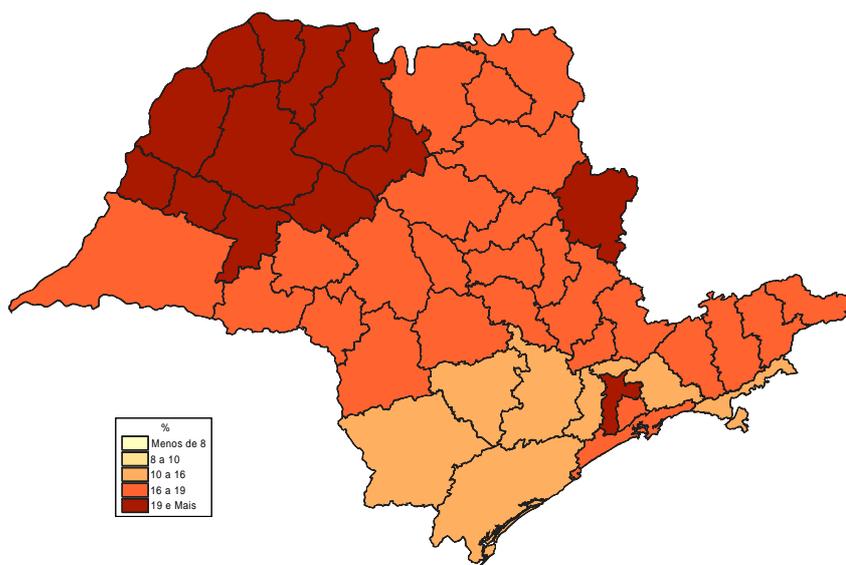
Com o crescimento da população idosa, aumentam a preocupação e o interesse pelas medidas que possam avaliar o valor despendido pelo Estado na manutenção da parcela improdutiva, em termos econômicos, da população. Para isso, é usado um indicador – razão de dependência –

Mapa 15 Proporção da População de 60 Anos e Mais Regiões de Governo do Estado de São Paulo

1998



2020

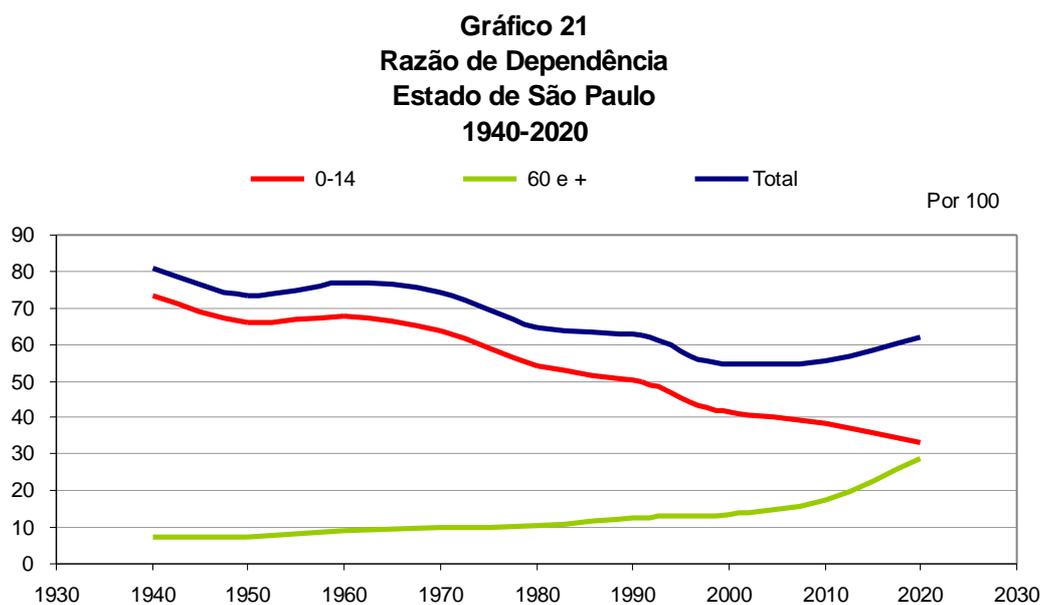


Fonte: Fundação Seade; Sistema de Projeções Populacionais.

que avalia o peso financeiro que recai sobre a população em idade produtiva em relação à população dependente: crianças e velhos.

No Estado de São Paulo, apesar do crescimento da proporção de velhos, a razão de dependência total não se eleva até 2010, como pode ser observado no Gráfico 21, porque o aumento do grupo de 60 anos e mais foi acompanhado pela diminuição do grupo de menos de 15 anos. A partir de 2010, esse indicador começa a crescer e pode-se constatar um aumento de 11% entre 2010 e 2020.

O fato de a razão de dependência crescer especificamente para o grupo populacional de 60 anos e mais traz mudanças significativas para a população economicamente ativa, já que o peso financeiro desse grupo etário tende a ser muito maior que o do grupo dos mais jovens.



Fonte: Fundação Seade; Sistema de Projeções Populacionais. Fundação IBGE. Censos Demográficos.

Trabalho e Aposentadoria

Aspecto que contribuiu grandemente para a diminuição do status social do velho é, sem dúvida, o rápido desenvolvimento tecnológico dos anos recentes. Uma das conseqüências é o despojamento das habilidades dos mais idosos, tornando menos relevantes suas contribuições imediatas para a sociedade em que vivem. O que antigamente era tido como a maior riqueza do idoso e o colocava em posição de destaque na sociedade, ou seja, seu saber e conhecimento acumulado, frutos da longa experiência de vida, não é mais valorizado nos dias atuais. A ideologia do saber atual é gerada pelo conhecimento tecnológico-científico, dominado pelos mais jovens, o que exclui quase completamente o idoso.

Como conseqüência da vida atual mais solitária, o velho, na maioria das vezes, tem que arcar com os custos de manutenção de sua casa e, por vezes, de seus descendentes. Aquele que não pôde acumular uma poupança durante a vida produtiva tem, em geral, no final da vida, uma condição financeira pior do que quando trabalhava, pelo fato de o valor da aposentadoria, para os que a têm, ser inferior aos vencimentos do período produtivo. Quanto à possibilidade de gerar novos recursos, a fim de complementar a renda com outras atividades remuneradas, é quase nenhuma.

No Brasil, e o Estado de São Paulo está incluído, para a grande maioria dos idosos, apo-

sentadoria significa uma condição socioeconômica inadequada. A situação mais comum é a do velho que não pode concretizar seus potenciais por absoluta falta de recursos econômicos.

Custo Social do Envelhecimento

Modificações na estrutura etária implicam profundas alterações no quadro de morbidade da população e, conseqüentemente, na estrutura por causas de morte, caracterizando verdadeira transição epidemiológica, em que as doenças de caráter crônico, comum às pessoas mais idosas, vão ganhando peso relativo cada vez maior ante as de caráter agudo, mais comumente observadas junto a população infantil.

Em termos de saúde, portanto, o envelhecimento de uma população implica número crescente de internações de longa duração, cujo tratamento adequado depende, com freqüência, de intervenções custosas, envolvendo tecnologia complexa, que tendem a absorver grandes quantidades de recursos materiais e humanos.

Esses fatos oneram o sistema de saúde, já que o custo médio do cuidado para com o idoso é bem maior que o de qualquer grupo etário. Conseqüência previsível do aumento de doenças crônicas, que requerem cuidados constantes, é a transferência do processo de morte do ambiente doméstico para o hospital, o que em outras palavras significa maiores gastos para o sistema de saúde.

Nos países do Terceiro Mundo, onde o processo de transição epidemiológica se viu acelerado abruptamente a partir das últimas décadas e cuja tendência futura é de rápido envelhecimento populacional, o fenômeno vem se transformando em preocupação crescente, uma vez que se desenvolve em meio a uma situação agravada pelos problemas associados ao subdesenvolvimento e onde as prioridades em termos de saúde ainda estão claramente relacionadas a outros grupos etários da população.

No Estado de São Paulo, a tendência que se observa é a do estabelecimento de uma acirrada competição por recursos: de um lado problemas prementes, como a mortalidade infantil, a mortalidade materna, o cuidado com os jovens acidentados e os portadores do vírus HIV; de outro, um número crescentes de diabéticos, vítimas de acidentes vasculares e cerebrais ou demência senil.

Dentro desse contexto, ganham importância os estudos epidemiológicos que venham a subsidiar as políticas de saúde, no sentido de maximizar a eficiência dos escassos recursos disponíveis.

O Gráfico 22 mostra a distribuição percentual dos principais agrupamentos de causas para as pessoas com 60 anos e mais nos anos de 1980 e 1998.

Nota-se que, para ambos os sexos, as doenças do aparelho circulatório são as que mais mataram, tanto em 1980 quanto em 1998, embora neste período tenha havido significativo decréscimo na contribuição destas causas (35% para os homens e 27% para as mulheres) no total de óbitos. O segundo grupo de mortes mais freqüentes é o das neoplasias, seguido das doenças do aparelho respiratório.

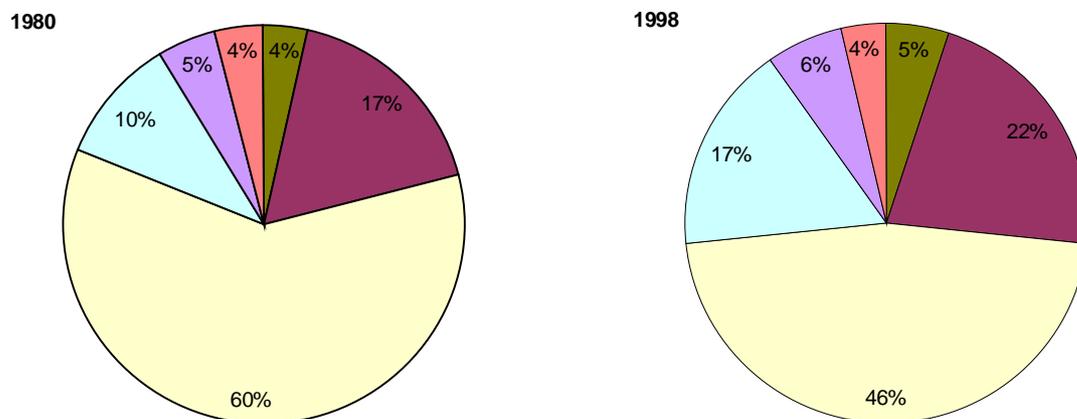
As causas “maldefinidas” – parada cardíaca, parada respiratória, coma, entre outras – tiveram ligeiro acréscimo, sugerindo uma piora no preenchimento das declarações de óbito.

As causas externas para esta faixa etária têm pequena contribuição no total das mortes, diferentemente do que ocorre com as faixas etárias dos jovens. Os acidentes, principalmente os de trânsito e as quedas, têm as maiores taxas.

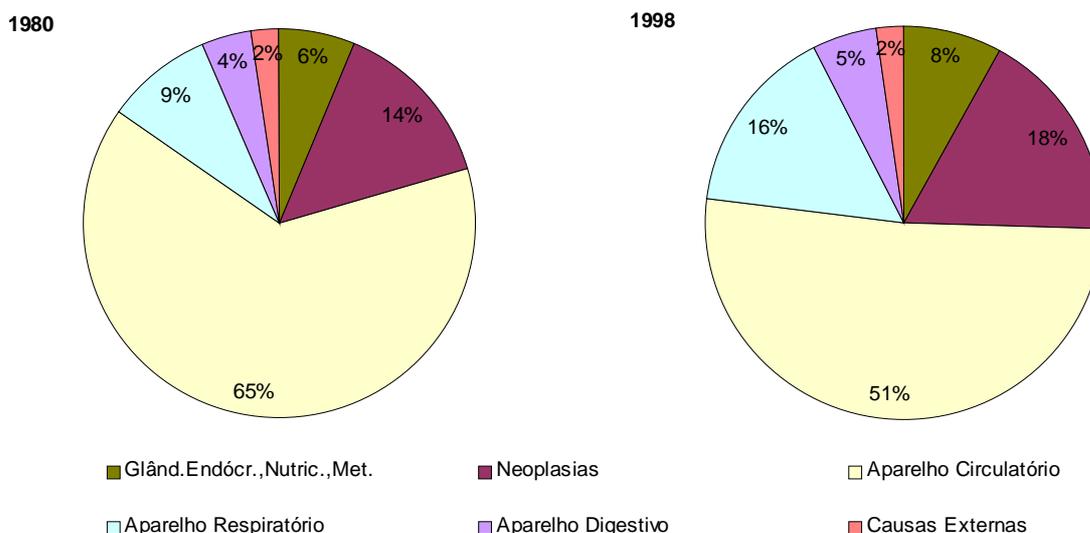
Gráfico 22

Distribuição Percentual dos Agrupamentos de Causas de Morte Mais Frequentes para Pessoas com 60 Anos e Mais, por Sexo Estado de São Paulo 1980-1998

Masculino



Feminino



Glând. Endócr., Nutric., Met.
 Neoplasias
 Aparelho Circulatório

Aparelho Respiratório
 Aparelho Digestivo
 Causas Externas

Fonte: Fundação Seade; Sistema de Estatísticas Vitais.

O Gráfico 23 mostra a evolução das taxas de mortalidade, entre 1980 e 1998 para ambos os sexos, dos três principais agrupamentos de causas de morte e faz uma projeção para o período entre 1999 e 2020.

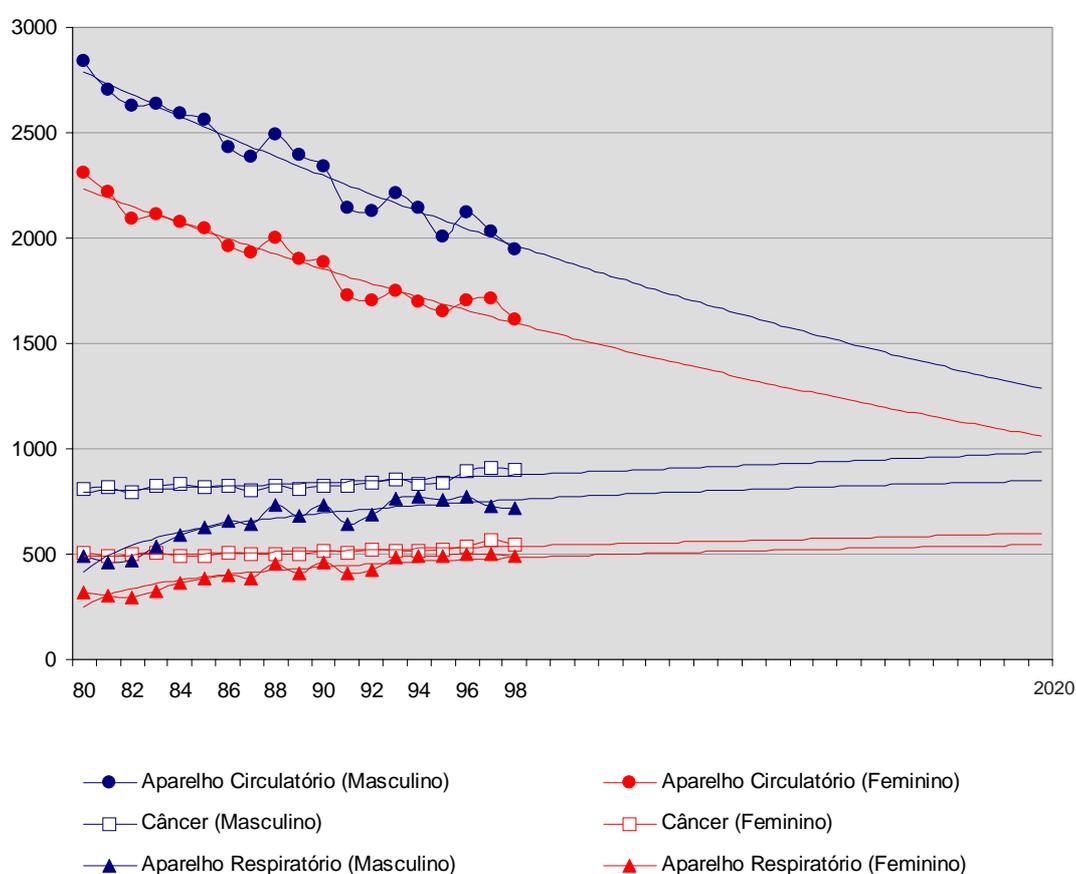
Existe clara tendência de diminuição, para ambos os sexos, das taxas de mortalidade relativas ao aparelho circulatório, e ligeiro aumento delas com relação às neoplasias e às doenças do aparelho respiratório.

Os três agrupamentos de causas, somados, foram responsáveis por 90.898 óbitos de pessoas com 60 anos e mais no ano de 1998: 52.256 por doenças do aparelho circulatório, 21.036 por neoplasias e 17.606 por doenças do aparelho respiratório.

Projetando-se as taxas para 2020, o número de óbitos para os três grupos deverá ser de aproximadamente 209.000, ou seja, praticamente o dobro daqueles ocorridos em 1998. Segundo as estimativas, considerando-se apenas esses grupos, as doenças do aparelho circulatório serão responsáveis por 45% das mortes, as neoplasias por 29% e as doenças do aparelho respiratório por 26%.

Gráfico 23

Taxa de Mortalidade (1), por Sexo, segundo os Agrupamentos de Causas Mais Frequentes, das Pessoas com 60 Anos e Mais, e Linha de Tendência Projetada até 2020
Estado de São Paulo
1980-1998



Fonte: Fundação Seade; Sistema de Estatísticas Vitais.
(1) Por 100.000 habitantes.

A Tabela 10 mostra as taxas de mortalidade para a população idosa, segundo alguns agrupamentos de doenças, mais detalhados que os anteriormente mencionados. Observa-se que as maiores taxas de mortalidade referem-se às doenças isquêmicas do coração, grupo ao qual pertence o infarto agudo do miocárdio, que é a maior causa de morte. A seguir, vêm as doenças cerebrovasculares, outras doenças cardíacas, a pneumonia e o diabetes mellitus, tanto para os homens quanto para as mulheres.

Tabela 10

Taxa de Mortalidade (1), por Sexo da População com 60 Anos e Mais, segundo os Agrupamentos de Causas Mais Frequentes Estado de São Paulo 1980-1998

Masculino				Feminino			
Agrupamentos	1980	1998	Var.%	Agrupamentos	1980	1998	Var.%
Total	5369,6	4896,7	-8,8	Total	4030,6	3665,0	-9,1
Doenças Isquêm do Coração	930,7	682,2	-26,7	Doenças Isquêm do Coração	739,1	500,9	-32,2
Doenças Cerebrovasculares	867,5	577,7	-33,4	Doenças Cerebrovasculares	694,0	451,8	-34,9
Outras Doenças Cardíacas	654,3	448,7	-31,4	Outras Doenças Cardíacas	552,0	440,0	-20,3
Pneumonia	177,9	260,3	46,4	Pneumonia	184,4	223,0	20,9
Diabetes Mellitus	120,5	153,4	27,3	Diabetes Mellitus	184,9	201,9	9,2
Câncer de Pulmão	82,8	152,1	83,6	Doenças Hipertensivas	124,7	122,8	-1,5
Câncer da Próstata	58,1	142,4	145,2	Câncer de Mama	53,8	75,5	40,3
Câncer de Estômago	129,0	125,5	-2,7	Outras Dças do Ap. Circulat.	31,8	57,7	81,2
Doenças Hipertensivas	74,3	113,7	53,1	Câncer de Pulmão	33,4	48,5	45,2
Doenças do Fígado	125,7	95,8	-23,8	Câncer de Estômago	80,9	48,2	-40,4
Outras Dças do Ap. Circulat.	73,2	94,4	29,0	Demais Acidentes ⁽²⁾	38,5	36,8	-4,4
Doença de Chagas	81,9	31,4	-61,7	Doenças do Fígado	35,0	34,5	-1,7
Aterosclerose	247,7	26,4	-89,3	Aterosclerose	161,5	30,0	-81,4
Tuberculose	146,2	21,8	-85,1	Câncer do Útero	34,0	28,7	-15,6

Fonte: Fundação Seade; Sistema de Estatísticas Vitais.

(1) Por 100.000 habitantes.

(2) Todos os acidentes (quedas, intoxicação, afogamento, etc.) exceto os de trânsito.

Quando se compara os anos de 1980 e 1998, nota-se que houve uma queda de aproximadamente 9% nas taxas de mortalidade geral para ambos os sexos. Pode-se observar também que, para o sexo masculino, a taxa de mortalidade do câncer de próstata foi a que mais cresceu durante o período. Para o sexo feminino, deixando de lado as outras doenças do aparelho circulatório, os maiores aumentos foram os das taxas de câncer de pulmão e de mama.

Considerações Finais

Os dados apresentados permitem supor que, mantidas as tendências atuais de declínio das taxas de fecundidade e mortalidade, a população do Estado de São Paulo deverá experimentar, até o ano 2020, um processo de envelhecimento comparável, em intensidade, ao de qualquer país desenvolvido. Por outro lado, persistem as diferenças regionais que garantem o processo não se dará de maneira uniforme, existindo ainda diferenciais significativos na esperança de vida de ricos e pobres.

A problemática decorrente do envelhecimento, no que diz respeito à saúde, tende a ser a mesma que se verifica em países desenvolvidos: doenças crônicas, que requerem cuidados continuados e custosos, enquanto persistem prioridades como desnutrição e doenças infecciosas.

Até o momento, dispõe-se de muito pouca informação de caráter oficial contemplando a problemática específica dos idosos, que visem a traçar perspectivas em termos de demanda de serviços, principalmente nas áreas da saúde e assistência social.

O rápido crescimento previsto para a população idosa no Estado de São Paulo, nas próximas décadas, indica a necessidade de se estimular o estudo da sociologia da terceira idade. A pequena ênfase dada a este campo do conhecimento pode ser ilustrada pelo limitado número de

pesquisas relativas às implicações sociais, econômicas e ambientais causadas por mudanças na estrutura etária como a que atravessa a população paulista.

É urgente que a sociedade comece a discutir o impacto social decorrente do envelhecimento populacional, levando em conta as importantes transformações ocorridas e suas conseqüências para todos e, em particular, para o grupo etário de 60 anos e mais. É necessário sensibilizar pessoas e instituições para a tarefa de reverter alguns determinantes desse contexto socioeconômico e cultural, que tende muitas vezes a condenar os cidadãos idosos a um final de vida em condições bastante adversas.

Para fazer frente ao desafio, é necessário elaborar políticas públicas e programas que visem à saúde dos idosos e investir, entre outras coisas, na prevenção e controle dos fatores de risco. Neste sentido, tornam-se imprescindíveis estudos científicos que possibilitem amplo conhecimento desses fatores, a fim de subsidiar e direcionar políticas e programas.

No ano 2020, haverá uma população de aproximadamente 8 milhões de pessoas acima dos 60 anos. Serão pessoas nascidas a partir de meados deste século e que hoje se encontram no apogeu de suas vidas produtivas, muitas em posição de decisão sobre os rumos políticos e econômicos da nação. Cabe, portanto, a essa geração trabalhar para que se inicie um planejamento a curto, médio e longo prazos, visando ao estabelecimento de uma política de bem-estar social e de cuidados com a população de idosos.

